



Relatório de Atividades

Biênio

2010-2012



DEFENSORIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

IGUALDADE E CIDADANIA PARA TODOS

Rua Paracatu, 304 - Barro Preto

Belo Horizonte / MG CEP 30180-090

Telefone: 31 3349 9550

www.defensoria.mg.gov.br

Relatório de Atividades

Biênio 2010-2012

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

RELATÓRIO DE GESTÃO 2010/2012

COMPOSIÇÃO

Defensora Pública Geral: Andréa Abritta Garzon Tonet

Assistentes

Heidiane Soares Paranhos
Mariana Pereira da Silva Brandes
Sheila Ferreira Policarpo de Araujo
Maria Idalina Monteiro Lisboa
Gracielle Elisa Dias do Nascimento

Subdefensora Pública-Geral: Ana Cláudia da Silva Alexandre

Assistente: Claudimara Marques da Silva

Chefe de Gabinete: Christiane Neves Procópio Malard

Assessor para Assuntos do Interior: Wiliam Riccaldone Abreu

Assessor para Assuntos Interinstitucionais: Eduardo Cyrino Generoso

Assessor Institucional: Glauco David de Oliveira Sousa

Assessores do Gabinete

Cirilo Augusto Fiuza Saldanha de Vargas
Hellen Caires Teixeira
Marina Gomes de Carvalho Pinto
Wagner Geraldo Ramalho Lima

Assessor de Comunicação

João Carlos Amaral

Jornalistas

Alessandra Amaral
Christiane de Cassia Silva
Lúcia Helena de Assis (*Designer gráfico*)

Relações Públicas

Rodrigo Souza Neves (**Coordenador**)
Fernanda Augusto Barros de Souza
Isabel Cristina Elias Campos
Maria Luiza Silva Carvalho

Coordenações da Capital

Atendimento: Marco Paulo Denucci Di Spirito

Criminal: Roberta de Mesquita Ribeiro

Programa 'Libertas': Guilherme Tinti de Paiva

Cível: Ronivaldo Robson do Nascimento Chaves

Família: Ana Cláudia Almeida Costa Leroy

Projetos e Convênios: Marco Paulo Denucci Di Spirito

Estágio e Serviço Voluntário: Wagner Geraldo Ramalho Lima

Coordenadores Regionais

Metropolitana

Fábio Eugênio Vieira

Alto Rio Pardo

Adriano Magno de Marçall e Silva

Centro-Oeste

Rita Fernandes da Silva

Circuito das Águas

Diléa M. Chaves Reis Teixeira

Mata I

Jeanne Pereira Barbosa

Mata II

Eliana Maria de Oliveira Spíndola

Metalúrgica

Flávio Luiz P. de Vasconcelos

Mucuri

Léa Barbosa dos Santos

Norte

Maurina Fonseca M. de Matos

Sudoeste

Ana Paula Lopes de Freitas

Sul de Minas

Beatriz Monroe de Souza

Triângulo I

Rubens Luiz Borges

Triângulo II

Bárbara Silveira Machado Bissochi

Vale do Aço

Altair Pereira de Azevedo

Vale do Rio Doce

Calânico Sobrinho Rios

Vertente do Caparaó

Sérgio Pereira Lima

Setor Técnico

Superintendência de Gestão de Informática

Kelisson Rodrigo Parreiras Murta

Superintendência de Planejamento, Gestão e Finanças

Filipe Galgani Gomes

Diretoria de Contabilidade e Finanças

Ezequiel Nunes Moreira

Diretoria de Planejamento e Orçamento

Amaro de Carvalho Junior

Diretoria de Recursos Humanos

Carla Aparecida de Souza Carvalho

Diretoria de Recursos Logísticos - Manutenção

Cristiano Daher Morais

Diretoria de Recursos Logísticos - Compras/Contratos

Camila Fernanda Parrela

Diretoria de Recursos Logísticos - Patrimônio

Patrícia de Lima Machado

Palavra da Defensora Pública Geral	9
Planejamento e Gestão	
A importância do planejamento e da gestão	12
O Plano Geral de Atuação (PGA)	14
O desafio político interinstitucional	
A implementação da Assessoria Interinstitucional e o relacionamento com as instituições	16
A consolidação da autonomia institucional	18
A Defensoria Pública e o Poder Legislativo Estadual	20
A Defensoria Pública e o Poder Legislativo Federal	24
A Defensoria Pública e o Supremo Tribunal Federal	25
A Defensoria Pública e as Associações de Classe dos Defensores Públicos	26
A reforma da LC estadual nº 65/2003	27
A participação no CONDEGE	27
Estrutura institucional: modernização e expansão	
A nova sede na capital	30
Diagnóstico do interior	33
Avanços administrativos	34
A expansão no interior: novas sedes	36
A melhoria no atendimento ao assistido	
Reestruturação do atendimento na capital	38
Posse de 159 novos Defensores Públicos	39
Aumento do número de vagas de estágio remunerado e elevação da bolsa	40
Realização do Processo Seletivo de Estágio	41
Ampliação do suporte psicossocial com celebração de convênio de estágio de Psicologia	42
Debates internos de teses jurídicas e uniformização de procedimentos	43
I Concurso de Práticas Exitosas	43
Ampliação da brinquedoteca na Defensoria Especializada de Defesa da Mulher Vítima de Violência da capital	44

A valorização dos Defensores Públicos e Servidores

Realização de promoções aos Defensores	46
Nova regulamentação das diárias com aumento de seus valores	46
Vale alimentação/refeição aos servidores	46
Movimentação dos não estáveis com critérios objetivos e impessoais	46
Antecipação da data de pagamento dos subsídios e vencimentos dos Defensores Públicos e Servidores	47
Carteira funcional de âmbito nacional para os Defensores Públicos	47
TCT assinado com a CEF: redução dos juros para financiamento de imóvel ..	47
Encontros da Administração e Coordenações Regionais e Locais	48
Comemoração do Dia do Servidor	50
Implantação de caixa eletrônico na sede em Belo Horizonte	50

Atualização /Capacitação dos Defensores e Servidores

Curso de Extensão em Mediação de Conflitos e participação no Congresso Internacional de Mediação	52
Curso de Formação de Defensores Públicos substitutos	53
Incentivo a participação dos Defensores em Congressos Estaduais e Nacionais .	54
Apoio ao I Congresso Mineiro de Defensores Públicos	55
Apoio ao II Congresso Brasileiro de Direito e Sustentabilidade	55
Realização do I Encontro dos Defensores Públicos do Programa <i>Libertas</i>	55
Cursos de atualização para Defensores / Servidores	56

A divulgação da Instituição perante a sociedade, os poderes constituídos e os órgãos públicos

Assinatura de termo de cooperação técnica com a Rádio Inconfidência	58
Realização da Semana da Defensoria Pública 2011 e 2012	58
Aperfeiçoamento do sítio institucional na internet	59
Maior divulgação das ações dos Defensores do interior	60
Escolha do <i>slogan</i> da Defensoria Pública	60
Regulamentação da marca da Defensoria Pública	60
Parceria com a CEMIG para divulgação da tarifa social	60
Comemoração dos 10 anos da Defensoria Pública de Direitos Humanos	61
Participação no mutirão de sessões de júris em Montes Claros: parceria com o TJ e MP	62

Fortalecimento da área de Tecnologia de Informação

A área de Tecnologia de Informação como diferencial estratégico	64
Implementação do SIGED na Capital e Interior para atendimento	65

Avanços administrativos

O controle da situação patrimonial	68
Gestão pela DPMG do controle e pagamento dos estágios remunerados	69
O controle da gestão orçamentária	70

Otimizando resultados através de projetos e parcerias

Implementação do Programa <i>Libertas</i>	80
Implementação do projeto preso provisório em Governador Valadares	83
Termo de Cooperação Técnica com as secretarias de Saúde dos municípios de Belo Horizonte, Ubá, Nova Lima e São Lourenço	83
Justiça Restaurativa: um novo enfoque de resolução de conflitos	84
Projeto pioneiro em Juiz de Fora	85
Projeto “Divórcio Extrajudicial”	86
Mediação nas escolas	86
Casa das Mulheres, de Viçosa	87
“Direito a ter pai”	87
Outros termos de cooperação técnica	88
Atendimento multidisciplinar ao agressor	91
Incentivo à criação das redes Forpaz no interior	92
Parceria com a Subsecretaria de Política sobre álcool e outras drogas e demais redes de saúde mental	92
Parceria com a Secretaria de Defesa Social	93

Transformação social

“Leitura no Beco”	96
“Natal Solidário”	97
Casamento coletivo	98
Atendimentos itinerantes	98
Ações sociais em ambientes públicos	99

Créditos	100
----------------	-----



Palavra da Defensora Pública Geral

*Prezados colegas Defensores Públicos
Senhores servidores da Defensoria Pública*

Desde que fui empossada, em 18/08/2010, no honroso cargo de Defensora Pública-Geral, depois de ser eleita pela classe e nomeada pelo Governador do Estado, seguiram-se quase dois anos de trabalho intenso, período de permanente aprendizado, algumas frustrações e muitas alegrias. De forma incansável, dedicamos tempo, inteligência, criatividade e energia na busca da realização do projeto compartilhado, para o qual fui eleita.

O Relatório de Gestão, que ora se apresenta, é uma radiografia do que foi produzido e uma prestação de contas dos atos praticados no período. Tendo por premissa o planejamento da ação administrativa, de forma sistemática e conseqüente, priorizando o diálogo e a unidade de propósitos, consignam-se avanços em direção dos objetivos político-institucional, organizacional, funcional e jurídico.

Deixo o cargo convencida de que estamos melhor e mais bem preparados do que quando o assumi. E as perspectivas são melhores. Conhecemos o funcionamento da máquina, aprendemos a lidar com os seus

gargalos, ampliamos os seus horizontes, apoiamos e demos continuidade a práticas exitosas, caminhando para a consolidação de uma Defensoria Pública ainda mais independente, forte, democrática, unida e participativa, articulada politicamente, próxima do Defensor Público e servindo ao cidadão carente.

Não posso esquecer a importância nesse processo de consolidação e crescimento, do papel que desempenharam os três poderes, as demais instituições do Estado e, em particular, o apoio que recebi do Governador, pessoalmente e por meio de sua equipe, o que contribuiu para dar mais qualidade, abrangência e eficiência aos serviços da Instituição.

Considerando que ninguém constrói nada sozinho, agradeço à minha equipe, dedicada e competente, que sempre me apoiou, aos órgãos da Administração Superior, aos membros da carreira e aos servidores da Casa, que, tácita ou ativamente, deram legitimidade e sustentação aos atos desta gestão.

Agradeço, finalmente, a minha família, pelo tempo que subtraí ao seu convívio. Sem ela, nenhum projeto faria sentido.

A razão jamais é fria e sem paixão. Quem tem ideal trabalha com determinação, alegria, e olhos no futuro, porque somente assim construiremos a história, tornando concreta a lição de Santo Agostinho de que “não há tempo bom nem mau, nós somos os construtores do tempo”.

Obrigada pela confiança!

Andréa Abritta Garzon Tonet
*Defensora Pública-Geral
do Estado de Minas Gerais*

PLANEJAMENTO E GESTÃO

“A maioria das pessoas não planeja fracassar, fracassa por não planejar.”

JOHN L. BECKLEY

A importância do planejamento e da gestão

Por meio do planejamento é possível identificar o contexto em que está inserida uma Instituição, de forma a se ter plena compreensão dos elementos que se interagem e passam a compor, influenciar ou determinar o seu modo de ser, o que permite elaborar de um plano de ação para se atingir determinados objetivos, garantindo, não só a sua sobrevivência, mas também justificando a sua razão de existir.

Todo planejamento deve definir os objetivos a serem atingidos, prevenir e evitar ameaças, calcular e minimizar os riscos, preparando-se e rearranjando-se internamente para agir com maior eficiência e eficácia, aproveitando as oportunidades surgidas e preparando-se para os mais diversos cenários futuros.

A Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais tem se esforçado para se situar no mesmo patamar das instituições mais organizadas do ponto de vista do planejamento e gestão, o que constitui um trabalho árduo.

No período de Gestão 2010 a 2012, a partir da visão de que era fundamental fazer um trabalho sério de planejamento para torná-la mais segura e moderna, fez-se um diagnóstico da situação em que a Defensoria Pública se encontrava, seja na seara externa, interinstitucional, seja na seara interna, de cunho administrativo e finalístico.

Por meio desse diagnóstico, foi possível identificar internamente os pontos fortes e fracos da Instituição, de modo que os primeiros fossem ampliados e os últimos corrigidos ou minimizados, compatibilizando-os com o ambiente externo.

Após esta etapa, foram formuladas as estratégias para o enfrentamento dos gargalos internos e externos, que resultaram em um Plano de Ação, adotado pela Administração, visando a sua estruturação interna, a valorização do Defensor Público e dos servidores, o crescimento quantitativo e qualitativo das prestações jurídicas aos assistidos, a construção de um ambiente político, normativo, interinstitucional adequado e profícuo, dentre outros, que alavancassem a Defensoria Pública como instituição essencial ao Estado Democrático de Direito, reconhecida por toda a sociedade.

Para este fim, foi elaborado inicialmente o Plano Geral de Atuação (PGA) 2011-2012, complementado depois pelo PGA 2012-2013, que vieram consolidar uma política de planejamento dentro da Defensoria Pública. Os planos permitiram melhor aplicação do dinheiro público e a concentração de esforços, visando obter os fins almejados com maior eficiência e eficácia.

É importante, ressaltar que não basta o planejamento dentro de uma instituição. É necessário que haja o controle eficiente de todos os processos internos e de todas as ações por ela desenvolvidas, ou seja, é preciso uma adequada gestão. Para este fim, devem ser analisados e otimizados os processos internos e disponibilizadas ferramentas de controle com a utilização da tecnologia de informação.

Lado outro, faz-se necessário que todas as ações previstas no planejamento sejam executadas.

A execução das ações constitui a etapa mais complexa e demorada de todo processo de planejamento. Não basta formular a estratégia; é preciso fazê-la funcionar no mundo real.

Neste ponto, situa-se o grande desafio: fazer com que todas as pessoas componentes da Instituição – sem exceção – sejam os praticantes do planejamento realizado. Elas devem ser protagonistas e atores e não simplesmente espectadores do processo. É preciso envolver toda a Instituição em um clima de consenso e harmonia que permita sua execução e alcance dos resultados almejados. E isso pressupõe a criação e o monitoramento de indicadores de desempenho, o que foi estabelecido nos PGAs elaborados e que serão vistos no próximo tópico.

*DOCUMENTOS
ELABORADOS*

Planos gerais de Atuação da Defensoria Pública, alinhados diretamente com o Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI)

- PGA 2011-2012
- PGA 2012-2013

O Plano Geral de Atuação (PGA)

O Plano Geral de Atuação (PGA) é um importante instrumento de planejamento da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, pois nele são definidas as metas que a Administração Superior propõe para o período de um ano. Tal plano instruirá a elaboração da proposta orçamentária da instituição em consonância com as atividades e projetos previstos no Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG).

O PGA possibilita o desenvolvimento integrado das ações que vão estruturar a Defensoria Pública, tanto no campo normativo quanto no operacional, abrangendo as áreas fim e meio, valorizando o Defensor Público e o servidor da instituição.

As ações planejadas visam a uma melhoria na qualidade dos serviços prestados, trazendo instrumentos de auxílio ao trabalho diuturno dos Defensores Públicos, assim como o uso da tecnologia de informação, que permitirá a implantação de um banco de dados com as informações necessárias e úteis à execução das atividades hodiernas.

Para cumprir o seu objetivo, o PGA estabeleceu metas, com indicadores, de forma a dar concretude às suas ações, permitindo a mensuração dos resultados perseguidos. Além disto, ele traça diretrizes de atuação da Defensoria Pública, de forma que ela possa cumprir o seu papel determinado pela Constituição e pelas leis de regência.

O PGA vem reforçar a necessidade de se criar uma cultura institucional de planejamento e gestão que se aproxime das boas práticas utilizadas na iniciativa privada e na gestão pública moderna, de forma que a Defensoria Pública possa lutar, organizadamente, na busca de uma sociedade mais justa, com elevado capital humano e social, com a valorização da vida humana e a erradicação da pobreza.

O desafio

POLÍTICO INTERINSTITUCIONAL

A implementação da Assessoria Interinstitucional e o relacionamento com as instituições



A considerar que autonomia não significa isolamento político-institucional, foi compromisso de campanha promover a interlocução política da Defensoria Pública junto aos poderes do Estado e às instituições, incrementando a política interinstitucional e fortalecendo a autonomia.



O compromisso da implementação da assessoria parlamentar, para interlocução com o Poder Legislativo, tornou-se mais amplo. Para tanto, foi implementada a assessoria interinstitucional, responsável por auxiliar a Defensoria Pública Geral na articulação e representação política, especialmente promovendo a integração e o estreitamento de seu relacionamento com as instituições jurídicas, sociais, políticas, culturais e econômicas, nos planos federal, estadual e municipal. Com este intuito, a Defensoria Pública Geral adotou uma postura pró-ativa de aproximação, com o cumprimento de extensa agenda de comparecimento a eventos e solenidades, sempre buscando demonstrar a importância da Defensoria Pública e dar visibilidade à Instituição.

VISITAS INSTITUCIONAIS

- Governador do Estado
- Presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais
- Presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais
- Corregedor do Tribunal de Justiça de Minas Gerais
- Procurador Geral de Justiça
- Presidente do Tribunal de Contas do Estado
- Presidente da OAB/MG
- Advogado Geral do Estado
- Controlador Geral do Estado
- Ouvidor Geral do Estado
- Secretários do Estado
- Deputados Estaduais
- Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte
- Deputados Federais
- Senadores
- Ministros



São frutos da interlocução política, entre outros: o reconhecimento pelo Poder Executivo da autonomia da Defensoria Pública, a disponibilização de recursos para a nomeação de todos os Defensores Públicos aprovados no VI Concurso, a realização das promoções gerais na carreira, a conquista de imóvel para sede própria na capital, o pagamento da folha salarial no primeiro dia, a publicação de atos normativos da Corregedoria de Justiça do TJMG sobre a atuação da Defensoria Pública, a conquista de participação semanal no programa “Revista da Tarde”, veiculado ao vivo pela Rádio Inconfidência, e a presença do Governador do Estado nas posses dos novos Defensores Públicos e no encontro estadual.

Com o passar do tempo e a intensa representatividade, foi formada uma grande rede relacional, tendo a Defensoria Pública se tornado mais conhecida e respeitada, com ampla integração e visibilidade no meio político-social, o que também gerou uma demanda de pedidos de agenda com a Defensora Pública Geral, conforme retratado em grande número de matérias no site institucional.

Várias palestras sobre a Defensoria Pública foram ministradas pela Defensora Pública Geral, como aos magistrados, no IX Encontro da Corregedoria de Justiça do TJMG, em Patos de Minas, e aos promotores no curso de formação dos novos Promotores de Justiça, em Belo Horizonte, além do Encontro Estadual de Promotores

Há também de se destacar as inúmeras medalhas e homenagens recebidas pela Defensora Pública Geral, o que retrata o reconhecimento ao trabalho que está sendo realizado pela Defensoria Pública e pelos Defensores Públicos.

Enfim, por meio da negociação e do diálogo interinstitucional, várias questões de interesse da Defensoria Pública têm sido resolvidas em reuniões desta natureza.

E diante da importância dessas relações para a Instituição, nos últimos cursos de formação dos novos Defensores Públicos, foram inseridas palestras sobre a relação da Defensoria Pública com as demais instituições. Afinal, sendo o Defensor Público agente de transformação social, é importante que conheça e saiba se relacionar com os demais órgãos.

A consolidação da autonomia institucional

Como fruto do intenso trabalho de interlocução política, o reconhecimento da autonomia da Defensoria Pública pelo Poder Executivo Estadual foi um marco na consolidação da Instituição.

No plano nacional, o fortalecimento da Defensoria Pública adveio com a Emenda Constitucional nº 45, de 2004, que a dotou de autonomia administrativa e funcional, da iniciativa da sua proposta orçamentária e do recebimento em duodécimos dos recursos correspondentes ao seu orçamento, nos termos do art. 134, § 2 e do art. 168 da Constituição.

A autonomia administrativa da Defensoria Pública pressupõe a capacidade de organizar sua administração, praticando os respectivos atos de gestão; a funcional, o poder de exercer suas funções livre de ingerência de qualquer outro órgão do Estado; a financeira, a capacidade de dispor sobre os próprios recursos, e a orçamentária, a capacidade de estabelecer a sua proposta orçamentária.

A autonomia da Defensoria Pública foi regulada por meio da Lei Complementar Federal nº 132/2009, que reformou a Lei Complementar Federal nº 80/94 – Lei Orgânica Nacional, atualizando diversos dos seus institutos.

Nesse contexto a Defensoria Pública conquistou assento na Comissão de Compatibilização de que trata o art. 155, § 2º, da Constituição do Estado de Minas Gerais, por meio da Emenda Constitucional nº 73, de 2005, à qual incumbe compatibilizar, em regime de colaboração, as propostas parciais dos poderes e dos entes autônomos, indicando, se for o caso, os ajustes necessários ao equilíbrio da despesa com a receita.

A partir dessa reforma, as leis de diretrizes orçamentárias do Estado de Minas Gerais passaram a distinguir adequadamente a autonomia da Defensoria Pública, em simetria com os demais entes autônomos referidos no art. 155 da Constituição Mineira.

A Emenda Constitucional nº 75, da Constituição do Estado de Minas Gerais, de 2006, por sua vez, acrescentou parágrafos ao art. 129 e alterou a redação do art. 162 da Constituição Mineira, adequando-os à autonomia da Defensoria Pública.

A Emenda Constitucional nº 79, de 2008, alterou a redação do art. 24, § 1º, limitando a remuneração dos Defensores Públicos ao valor do subsídio mensal dos Desembargadores do Tribunal de Justiça.

Finalmente, no mesmo caminho, a Emenda Constitucional nº 88, de 2011, incluiu a Defensoria Pública, *v.g.*, o Defensor Público-Geral, entre os legitimados de constitucionalidade de lei ou ato normativo estadual ou municipal em face da Constituição mineira.

Após todo um trabalho de interlocução política, o governador Antonio Anastasia editou, no início de 2011, as leis delegadas que deixaram de relacionar a Defensoria Pública como órgão integrante da administração pública direta, autárquica e fundacional.

Com efeito, com as Leis Delegadas nº 179, de 01/01/2011, que dispõe sobre a organização básica e a estrutura da Administração Pública do Poder Executivo do Estado, e nº 180, de 20/01/2011, que dispõe sobre a estrutura orgânica da Administração Pública do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais, a Defensoria Pública deixou de ser subordinada ao Governador do Estado e não mais está vinculada à Secretaria de Defesa Social.

Essa adequação materializou o entendimento do Supremo Tribunal Federal, preconizado no julgamento da ADI 3569-PE, que concluiu ser inconstitucional a norma local que estabelecia a vinculação da Defensoria Pública à Secretaria de Estado. Nesse mesmo julgamento, a Suprema Corte decidiu que a norma inscrita no art. 134, § 2º, da Constituição Federal pela EC 45/04 é de eficácia plena e aplicabilidade imediata, dado ser a Defensoria Pública um instrumento de efetivação dos direitos humanos.

A reforçar a autonomia institucional, o pagamento dos Servidores e Defensores da Defensoria Pública passará, a partir de 1º de julho, a ser efetuado todo primeiro dia do mês, conforme ocorre com o Judiciário e Ministério Público mineiro.



RELANÇAMENTO DA FRENTE PARLAMENTAR

*Apoio à Defensoria
Pública mineira, em
prol da valorização da
estrutura das
Defensorias no interior
e da atuação dos
Defensores Públicos.*

*Assembleia Legislativa
de Minas Gerais,
Setembro 2012*

A Defensoria Pública e o Poder Legislativo Estadual

O Poder Legislativo Estadual é um parceiro potencial da Defensoria Pública. Os deputados estaduais são eleitos para representar os cidadãos e a Defensoria Pública tem por missão assegurar a defesa jurídica dos cidadãos carentes, que são a maioria da população.

Com o intuito de aproximar cada vez mais a Defensoria Pública do Poder Legislativo, dando visibilidade às atribuições e demonstrando a importância da Instituição, a Administração adotou uma postura institucional de visitar os parlamentares e de participar das atividades legislativas, compondo mesa de abertura de vários eventos no Plenário, fazendo o uso da palavra em prol do fortalecimento institucional e da defesa das pessoas carentes.

Também foi adotada uma política dos Defensores Públicos participarem nas atividades legislativas, seja nas comissões, em seminários, fóruns técnicos e debates, proporcionando ampla visibilidade institucional.

Trabalhou-se no sentido do relançamento da Frente Parlamentar de apoio à Defensoria Pública mineira, efetivada mediante requerimento da deputada estadual Rosângela Reis, subscrito por inúmeros parlamentares, em solenidade prestigiada e marcada por discursos inflamados em prol da Instituição, tendo os Defensores Públicos sido nominados como “obreiros do bem” pelo presidente da ALMG.

**PROPOSTA Nº 1
DO DOCUMENTO
FINAL DO
SEMINÁRIO**

*Efetivação da
legislação que
regulamenta a
Defensoria Pública
no estado*

Paulatinamente, foi ocupado espaço dentro da Casa Legislativa. A Defensoria Pública passou a ser convidada a participar de reuniões preparatórias de vários eventos da ALMG. Hoje, pode-se considerar a Defensoria como importante parceira da Assembleia Legislativa, inclusive nas atividades realizadas no interior do Estado.

**Seminário Legislativo Pobreza e Desigualdade
“Minas mais Igual”**

Importe destaque deve ser dado à participação da Defensoria Pública o Seminário Legislativo Pobreza e Desigualdade “Minas mais Igual”.

A Defensoria Pública participou das reuniões preparatórias, da abertura e do encerramento em Belo Horizonte, bem como se fez presente em todos os encontros da fase de interiorização nas cidades Ribeirão das Neves, Araçuaí, Governador Valadares, Patos de Minas, Paracatu, Pirapora, Sete Lagoas, Uberlândia, Divinópolis, Pouso Alegre, Muriaé e em Teófilo Otoni. Em cada encontro, pelo menos um Defensor Público foi eleito delegado regional.

O documento final foi aprovado com 84 propostas de políticas públicas para o combate à pobreza e a desigualdade em Minas Gerais. A proposta mais votada no grupo 1 – “Promoção e proteção social”, dentre todas as prioritárias, compôs o documento final como proposta número 1.

A referida proposta foi no sentido da efetivação da legislação que regulamenta a Defensoria Pública no estado, dando garantia de acesso à justiça àqueles que não têm condição de pagar advogado ou que estão em condição de hipossuficiência jurídica.

Tal regulamentação se dará por meio de sua estruturação, assegurando sua autonomia e presença em todas as comarcas, com capacidade de atendimento a todos os municípios, garantindo aumento do número de Defensores Públicos, concursos periódicos, equipe técnica (assistente social e psicólogo, investidos mediante concurso público) e administrativa, com investimentos em infraestrutura.

O documento final do seminário subsidiou o Estado para a atualização do Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI) para 2011-2030. Foi sancionada a Lei 20.008/12, na qual consta a estratégia complementar:

“Fortalecer a Defensoria Pública do Estado, com vistas a garantir o acesso à justiça para a população”.

Vale ressaltar que a inclusão da Defensoria Pública como legitimada e ativa para propor ação direta de inconstitucionalidade e ação declaratória de constitucionalidade, em virtude da aprovação da Emenda Constitucional nº 88/2011, foi precedida de uma reunião da Defensoria Pública Geral com o deputado estadual Paulo Lamac, que propôs uma emenda para alteração do artigo 118 da Constituição do Estado de Minas Gerais.

DEFENSORIA
PÚBLICA
PRESENTE
EM OUTROS
EVENTOS

- Fórum técnico “Segurança nas Escolas por uma cultura de paz”.
- Enfrentamento do Crack” - Ciclo de Debates ALMG Comissão Especial para o Enfrentamento do Crack da Assembleia de Minas.
- “Siga Vivo - Pelo fim da violência no trânsito” - Ciclo de Debates ALMG.
- Movimento “Assine Mais Saúde” - Ciclo de Debates da ALMG - Aspectos referentes à recente regulamentação da Emenda Constitucional nº 29, de 2000.
- Caravana da Saúde - Campanha de coleta de assinaturas para apresentação do projeto de lei, de iniciativa popular, propondo o investimento de 10% da receita corrente bruta da União na Saúde Pública.
- Participação em debates no programa “Via Justiça”, programa semanal transmitido pela TV Assembleia.
- Participação em comissões - Comissão Especial de Violência Contra a Mulher, de Direitos Humanos, Participação Popular, Segurança Pública, Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência e Saúde.

Comemoração pelo Legislativo do Dia Nacional da Defensoria Pública

Tanto em 2011, quanto em 2012, em Reunião Especial no Plenário Juscelino Kubitschek da ALMG, a Defensoria Pública de Minas foi homenageada em Comemoração ao Dia Nacional da Defensoria Pública.

Em 2012, a Defensoria Pública foi o tema da 44ª edição do programa de rádio da Assembleia Legislativa, “Você Pergunta e a Assembleia Responde”, veiculado no dia 28 de maio. Durante o programa, o presidente da ALMG, Diniz Pinheiro, falou sobre a homenagem que a ALMG realizou para a Defensoria, em sessão especial por ocasião da comemoração do Dia da Defensoria Pública, ressaltando que a Instituição tem papel importante na construção da cidadania e da garantia dos direitos, principalmente da população carente.

A Assembleia Legislativa também foi parceira da Defensoria Pública nas atividades da Semana do Defensor/2012, tendo a atividade de capacitação do projeto Libertas sido realizada na Escola do Legislativo Mineiro e o presidente da Assembleia participado da atividade “Café com o povo”, na sede da Defensoria Pública.





Sessão especial do Senado Federal
Homenagem em decorrência do Dia Nacional Nacional da Defensoria Pública.
Maio de 2012

A Defensoria Pública e o Poder Legislativo Federal

Da mesma forma que no plano estadual, adotou-se uma postura pró-ativa de aproximação com os deputados federais e senadores mineiros. Foram realizadas visitas e encontros institucionais, buscando demonstrar a importância da Defensoria Pública, além de projetá-la nacionalmente.

A Defensoria Pública Geral participou do lançamento da Frente Parlamentar pela Defesa, Apoio e Fortalecimento da Defensoria Pública na Câmara dos Deputados, requerimento de autoria da deputada federal Antônia Lucilélia Cruz Ramos (PSC-AC), apresentado no mês de junho e aprovado no dia 5 de agosto de 2011.

Em 2012, a Defensoria Pública Geral participou ainda de solenidades de homenagens realizadas tanto na Câmara dos Deputados, quanto no Senado Federal, em decorrência do Dia Nacional da Defensoria Pública.

A Defensoria Pública Geral tem acompanhado atentamente dois importantes projetos de lei que tramitam no Congresso Nacional, participando ativamente do trabalho de conscientização e esclarecimento da importância do fortalecimento da Defensoria Pública.

O PLP 114/2011, originário do Senado Federal, no qual já foi aprovado, atualmente tramita na Câmara Federal e já recebeu parecer favorável da CCJ de referida Casa Legisla-

tiva. Tal projeto altera dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, atribui à Defensoria Pública dos Estados os direitos e deveres previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Já o PLC 24/2012, originário da Câmara Federal, também já aprovado e atualmente se encontra no Senado. O projeto dispõe sobre procedimentos do Poder Judiciário dos Estados e do Distrito Federal para a aplicação dos recursos provenientes de depósitos judiciais sob aviso, à disposição da Justiça em geral, e sobre a destinação dos rendimentos líquidos auferidos dessa aplicação, além de outras providências, com destinação de percentual de 10% para a Defensoria Pública.

A Defensoria Pública Geral também tem acompanhado a Comissão Especial da Câmara dos Deputados destinada a proferir parecer na PEC 443-A/09, de autoria do deputado Bonifácio de Andrada, que dispõe sobre a remuneração dos advogados públicos. Tramitando em apenso à PEC 443-A/09, a Proposta de Emenda Constitucional 465/10, de autoria do deputado Wilson Santiago, dispõe sobre o subsídio da advocacia pública e dos Defensores Públicos. Assim, a Defensoria Pública Geral participou da audiência pública realizada no dia 16 de novembro de 2011, em Belo Horizonte, convocada por iniciativa do deputado federal Bernardo Santana de Vasconcelos, coordenador em Minas Gerais da Comissão Especial da Câmara.

A Defensoria Pública e o Supremo Tribunal Federal

A Defensoria Pública Geral se fez presente no julgamento de Ações Diretas de Inconstitucionalidade de interesse da Defensoria Pública, dentre eles, os julgamentos da ADI 3965 (Minas Gerais), ADI 4056 (Maranhão), ADIs 3892 e 4270 (Santa Catarina) e ADI 4163 (São Paulo), todas com resultado favorável às Defensorias Públicas, criando precedentes importantes para o fortalecimento institucional.

Também marcou presença nas solenidades de posse da presidente do TSE, Ministra Carmen Lúcia e da posse do novo presidente do STF, Ministro Carlos Aires Britto.

A Defensoria Pública e as associações de Classe dos Defensores Públicos

A Defensoria Pública Geral tem procurado manter um diálogo profícuo com a ANADEP, Associação Nacional dos Defensores Públicos, e a ADEP/MG, Associação dos Defensores Públicos do Estado de Minas Gerais, buscando somar esforços para a consecução de objetivos comuns, quais sejam o fortalecimento institucional da Defensoria Pública e a valorização da classe.

Podem ser destacados, dentre outros, os seguintes eventos em que a Defensoria Pública de Minas e associações de classe empenharam de forma conjunta: criação da Frente Parlamentar estadual e nacional, Semana do Defensor, participação no Seminário “Minas Mais Igual”, realização e participação nos congressos nacional e estadual de Defensores Públicos, além do acompanhamento dos projetos de lei, já destacados.

Nesse sentido, foram definidas estratégias comuns de ação, alinhadas teses e firmados documentos conjuntos de defesa das matérias de interesse institucional e classista.



A reforma da LC estadual nº 65/2003

A Emenda Constitucional nº 45, de 2004, denominada Reforma do Judiciário, atribuiu às Defensorias Públicas Estaduais autonomia funcional e administrativa, a iniciativa de sua proposta orçamentária (art. 134, § 2º) e o recebimento em duodécimos dos recursos correspondentes as suas dotações orçamentárias (art. 168), nos moldes dos três poderes e do Ministério Público.

Sob essas premissas, a Lei Complementar nº 132, de 2009, introduziu significativos avanços na LC 80 / 1994, Lei Orgânica Nacional da Defensoria Pública, destacando-se a indicação dos objetivos e a ampliação das funções institucionais; a regulamentação da autonomia funcional, administrativa e orçamentária e a democratização e modernização da gestão, visando assegurar regularidade, abrangência e eficiência a serviço público essencial, que diz respeito à própria cidadania.

Nesse contexto, fez-se necessário adequar a LC 65/2003 – Lei Orgânica da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, ao novo ordenamento jurídico, reformando os artigos incompatíveis, incorporando os princípios e institutos decorrentes da autonomia e explicitando os instrumentos de compatibilização da Instituição com a nova ordem.

Para este fim, a Defensoria Pública manteve frequentes contatos com a ALMG e o Poder Executivo Estadual para conscientizá-los desta necessidade.

O projeto de reforma foi entregue ao Conselho Superior na sessão extraordinária de 5 de junho de 2012, ficando sobrestada a entrega ao governador do Estado até que se ultime a análise pelos Defensores Públicos e pela ADEP.

A participação no CONDEGE

Na busca pelo fortalecimento político-institucional da Defensoria Pública, percebeu-se que era necessário intensificar a interlocução política na esfera nacional.

Constatou-se que os problemas vivenciados pela mineira eram os mesmos das outras Defensorias do país, e que o fortalecimento do Conselho Nacional de Defensores Públicos Gerais – CONDEGE – era elemento vital para catalisar os esforços para o reconhecimento da importância do papel dessas Instituições, bem como para a necessidade de sua estruturação.

Para este desiderato, a Defensora Pública Geral candidatou-se à presidência do CONDEGE, logrando êxito em sua eleição, o que ocorreu em 18 de agosto de 2010.

Uma posição ativa e coordenada na condução do Conselho possibilitou uma troca de informações contínua entre os Defensores Públicos Gerais, ampliando e democratizando o debate, estimulando a participação de todos, bem como o apoio às Defensorias menos aparelhadas.

Além do mais, fortaleceram-se as comissões temáticas do CONDEGE, contando com a participação de Defensores mineiros, permitindo maior uniformização e disseminação de teses e procedimentos adotados pelas demais Defensorias, por meio da troca de experiências e o compartilhamento de soluções para problemas comuns.

No plano político, fortaleceu-se a representação e firmou-se uma posição mais clara e sólida em defesa dos projetos, funções e prerrogativas institucionais, aglutinando apoio e disseminando a política institucional junto ao Congresso Nacional, ao Poder Executivo e ao Poder Judiciário.

Como exemplo desta atuação, tem-se os projetos de lei em discussão no Poder Legislativo, os acordos celebrados com os Conselhos Nacionais, as iniciativas perante o Ministério da Justiça, do Desenvolvimento Social, a Secretaria de Reforma do Judiciário, a de Direitos Humanos e a de Proteção às Mulheres, além do acompanhamento de ações diretas de inconstitucionalidade perante o Supremo Federal. Aguarda-se, também, a alteração da representação do CONDEGE no Conselho Nacional de Segurança Pública – CONASP, passando de observador a conselheiro, com direito a voz e voto.

Na mesma esteira, atuou-se pelo alinhamento orgânico e institucional das Defensorias Públicas, dando-lhes unidade nacional, o que resultou na contratação da Casa da Moeda para o fornecimento de conjuntos de identificação funcional e a formalização de Acordo de Cooperação Técnica com o BNDES, acesso a recursos públicos destinados às suas estruturas, com base em projetos sustentáveis a serem apresentados e aprovados, observando-se as iniciativas e peculiaridades locais.

Todo este esforço potencializou o alcance dos objetivos traçados pela Defensoria de Minas Gerais, dando visibilidade institucional e projeção política, o que auxiliou no avanço das conquistas políticas, jurídicas e administrativas.



**Reunião CONDEGE,
BNDES e Secretaria
de Reforma do
Judiciário**

*Desdobramentos do
Acordo de Cooperação
celebrado entre as enti-
dades para
fortalecimento da
Defensoria Pública.
Abril 2012*

ESTRUTURA INSTITUCIONAL
Modernização e expansão

A nova sede na capital

No início do exercício de 2011, foi viabilizado junto ao Governo do Estado de Minas Gerais, que o Edifício Presidente Wenceslau Brás, localizado na Rua Bernardo Guimarães, nº 2.731, bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, utilizado como sede da Seplag antes da sua transferência para a Cidade Administrativa, seria destinado à instalação de parte da estrutura atual da DPMG na capital. O termo de vinculação e responsabilidade transferindo o imóvel para o uso da DPMG foi assinado em 11 de abril de 2011.

Para abrigar toda a estrutura da DPMG na capital, especialmente após a posse de mais de 150 Defensores Públicos no decorrer do exercício de 2011/2012, o imóvel cedido pelo Estado se mostrou insuficiente.

Foi, então, avaliada a possibilidade de permanecer com a atual sede da DPMG na capital, na Rua Paracatu, 304, bairro Barro Preto. Ocorre que o locador solicitou na renovação contratual o reequilíbrio econômico financeiro do contrato, juntando os preços de aluguéis na região, e solicitando o aumento do valor da locação para R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), o que se mostrou incompatível com a realidade orçamentária da DPMG.

Para solucionar a questão, de modo a garantir estrutura adequada, confortável e integrada, procedeu-se à locação do imóvel situado na Rua Bernardo Guimarães, 2.640, bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte (Edifício Marcelino Barrio), que está localizado no mesmo quarteirão do imóvel cedido pelo Governo do Estado de Minas Gerais (Edifício Presidente Wenceslau Brás). A área dos dois edifícios, somadas, será maior que a área da atual sede (Rua Paracatu, 304) e significará aumento de espaço físico.

A proximidade dos dois edifícios, além de bastante vantajosa em termos operacionais, facilita o encaminhamento de assistidos entre os diversos órgãos componentes das sedes da DPMG em Belo Horizonte.

Anteriormente, o Governo do Estado havia oferecido dois edifícios situados próximo à Praça Sete, no Centro de Belo Horizonte, para que a DPMG escolhesse apenas um. Tal opção se mostrou inviável, já que havia a necessidade de garantir uma maior proximidade com a sede já cedida



Novas sedes na Capital

Os edifícios Marcelino Barrio e Presidente Wenceslau Brás, situados na Rua Bernardo Guimarães, n^{os} 2.731 e 2.640, bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte



pelo Governo do Estado de Minas Gerais, no bairro Santo Agostinho. A fragmentação do atendimento poderia ser revertida em desfavor do destinatário dos serviços da DPMG, que é, na sua maioria, um público com dificuldades financeiras para arcar com os custos de deslocamento.

Lado outro, a estrutura mais antiga dos dois imóveis demandaria uma reforma mais onerosa, cujo orçamento anual da DPMG não comportaria.

Foi negociada, também, com o atual locador, a permanência da DPMG na sede da Rua Paracatu, nº 304, enquanto não se procedesse à mudança para as novas sedes, sem reajustamento contratual até agosto de 2012.

Atualmente, continuam as obras de readequação dos edifícios Presidente Wenceslau Brás (cedido pelo governo estadual) e Edifício Marcelino Barrio (locado), havendo previsão de mudança e inauguração para final de setembro de 2012, para o primeiro, e outubro de 2012, para o segundo.

Auditório da nova sede



Diagnóstico do interior

A Defensoria Pública realizou, durante os meses de junho a novembro de 2011, diagnóstico da realidade física, logística e de pessoal das unidades do interior do Estado, através de visitas *in loco* pelo Assessor do Interior a todos os órgãos de atuação no Estado.

MAPEAMENTO BÁSICO NO INTERIOR

- Número de Defensores Públicos por comarca.
- Número de servidores por comarca, discriminando a situação jurídica e atribuições.
- Número de estagiários remunerados (estágio não obrigatório direto), obrigatórios e cedidos por comarca.
- Número de voluntários (lei 9.608/1998) por comarca.
- Percentual de lotação real de Defensores em relação ao que dispõe a Deliberação nº 011/2009, por comarca.
- Percentual de lotação real de Defensores em relação ao que dispõe a Deliberação nº 011/2009, por regional.
- Número de habitantes e IDH por comarca.
- Situação das comarcas no que se refere à(ao)(s):
 - número de equipamentos de informática
 - acesso à internet
 - número de veículos
 - existência de garagem
 - existência de lote doado para funcionamento da Defensoria Pública
 - existência de assistência municipal
 - existência de frente parlamentar municipal constituída
 - posição física do Defensor Público no Tribunal de Júri e existência de requerimento para dar paridade do Defensor Público ao Juiz de Direito e Promotor de Justiça
 - número de ações civis públicas ajuizadas
 - situação do relacionamento interinstitucional
 - situação física da sede
 - demandas apresentadas pelos coordenadores locais, Defensores públicos e servidores por comarca
 - ao grau de provimento de Defensores Públicos por regional
 - ao número de Defensores Públicos por regionais
 - áreas de atuação da Defensoria Pública por comarca.

Com base nas informações levantadas, permitiu-se a elaboração de um planejamento para, em tempo hábil e progressivo, suprir ou minimizar as deficiências verificadas, bem como conhecer e analisar as demandas apresentadas pelos Defensores Públicos e servidores, efetuando um trabalho integrado com a Administração.

Todo este trabalho de diagnóstico e de aproximação da Administração com os Defensores do Interior continua de forma permanente, o que é comprovado pelas inúmeras reuniões realizadas no período de gestão.

Avanços administrativos

Cada gestão institucional possui o período bienal de execução no seu arcabouço legal. Esse prazo é relativamente curto para consolidação da estrutura basilar-orgânica e estrutural de uma instituição tão jovem como a Defensoria.

Aprofundar a autonomia e, de forma moderna, eficiente e eficaz, gerir o dia-a-dia institucional são metas necessárias e responsáveis para uma instituição ainda em construção.

A efetiva estruturação da Defensoria Pública trouxe para essa gestão uma reflexão sobre o seu papel. Com base nessa premissa, foram desenhadas várias ações, como, por exemplo, a contratação de uma consultoria elaborar um plano de cargos e salários da DPMG. Tal conquista estruturará toda a área meio e garantirá o suporte adequado à atividade-fim. A minuta do plano está sendo avaliada. Tão logo esteja consolidada, será encaminhada ao Executivo.

O clamor social das últimas décadas por um efetivo acesso à justiça, reclamado como um direito humano, releva a importância de uma urgente estruturação adequada da Defensoria Pública, braço do Estado responsável pela defesa da população mais vulnerável.

A atuação preventiva e extrajudicial tornou-se foco da da Defensoria Pública e norte para aplicação prioritária dos recursos orçamentários. Nessa gestão foram implantados projetos afinados com essa realidade, como a capacitação e efetivação de uma atuação em mediação de conflitos.

Os recursos materiais e humanos foram direcionados para permitir a atuação em todas as regionais administrativas, definidas pelo Conselho Superior, por meio da Deliberação 017/2010, e também fortalecer a já existente.

Nesse sentido foram expandidos e estruturados os serviços prestados pela Instituição em todo o território mineiro.

A modernização do modelo de gestão administrativa e operacional, por meio das técnicas de planejamento e monitoramento, permitiu um significativo incremento na qualidade e eficiência dos serviços prestados à população. Como exemplos, os avanços alcançados com a implantação de um sistema de gerenciamento informatizado do primeiro atendimento e um *layout* mais eficiente do setor. Agregando à isso, o aumento de pessoal, tornou possível reduzir as enormes filas, além de propiciar a diminuição do tempo para o atendimento inicial. Atualmente esse atendimento acontece no mesmo dia da primeira procura pelos serviços.

Foi garantido aumento na execução contratual dos serviços terceirizados, especialmente na RMBH. A contratação de motoristas para cada uma das regionais onde há execução do *Libertas* e a ampliação da contratação de trabalhadores mirins estendendo seus serviços em outras unidades fora da Capital, por exemplo, em Ribeirão das Neves. Esse avanço foi possível após a realização do diagnóstico de avaliação das deficiências das unidades no Interior, realizado no período de junho a novembro de 2011. Dentre as demandas destacaram-se as de bens permanentes, novas locações, servidores de apoio administrativo e estagiários.

Isso permitiu, na realidade material disponível na Instituição, uma melhora no apoio logístico por meio do encaminhamento às unidades do Interior a partir de dezembro de 2011, aumentando a eficiência e qualidade dos serviços.

A Defensoria Pública se aparelhou tecnologicamente encaminhando novos computadores a outras unidades e a disponibilizando *notebooks* a todos os Defensores Públicos ingressos do VI Concurso.

Está em andamento um projeto institucional de segurança pessoal e patrimonial. Já se encontra licitado a implantação de um sistema de segurança, com monitoramento eletrônico, para as novas sedes da Defensoria Pública na Capital.

**Incremento na
qualidade e
eficiência dos
serviços prestados
à população**
*Implantação
de um sistema de
gerenciamento
informatizado do
primeiro atendimento*



A expansão no interior: novas sedes

Apesar das limitações orçamentárias, novos imóveis foram locados em 23 comarcas, melhorando a estrutura já existente.

Foram criados e reativados, na atual gestão, os órgãos de atuação nas cidades de Almenara, Boa Esperança, Curvelo, Formiga, Igarapé, Jaboticatubas, Pedro Leopoldo e Unaí.

Destaca-se, também, o processo, já aprovado, de disponibilização de sedes próprias para unidades do interior que antes estavam instaladas no fóruns das comarcas, como em Ponte Nova, Guaranésia, Ipatinga, Três Corações, Camanducaia e Coromandel, algumas ainda em fase de conclusão contratual. Das 106 Defensorias do Estado de Minas, 56 possuem sede própria, o que demonstra o grande desafio orçamentário e estrutural a ser enfrentado.

Comarcas de maior porte, como Divinópolis, Betim e Montes Claros, foram estruturadas, representando um impacto orçamentário expressivo.

Receberam, ainda, nova locação as Defensorias instaladas em Juiz de Fora (vaga de garagem), Varginha, Monte Sião, Governador Valadares, Extrema, Sete Lagoas, Araxá Unaí, Conselheiro Lafaiete, Cataguases, Ribeirão das Neves, Poços de Caldas e Janaúba. Já autorizada, a locação para a Defensoria de Lagoa Santa.

Desta forma, buscou-se dar melhores condições de trabalho aos Defensores e atendimento digno aos assistidos.

Nova sede de Divinópolis
Infraestrutura e espaço físico adequados para a execução das atividades dos Defensores Públicos e atendimento à população. Inaugurada em junho 2012



A melhoria no
ATENDIMENTO AO ASSISTIDO

Reestruturação do atendimento na Capital

A distribuição de senhas de atendimento para entrevista com Defensor Público passou a ser diária, ampliando-se também a quantidade de senhas distribuídas. Essas medidas reduziram, significativamente, as filas.

Após detido estudo feito pelas coordenações Cível e de Atendimento e por iniciativa da Defensoria Geral, foi aprovado novo desenho de atribuições para o atendimento de iniciais na Capital. Em razão disso, hoje há Defensorias específicas para as iniciais de Família e as iniciais Cíveis.

Estas últimas se especializaram por área: Direitos Reais, Obrigações e Contratos, Direito das Sucessões e Direito Público. Ainda em virtude dessa alteração, as Defensorias de iniciais não cumulam funções de cooperação, o que permitiu que suas vagas fossem desejadas e integradas por Defensores Públicos.

A Defensoria de inicial de Família cumula a função de atuar na Central de Conciliação do Fórum. Em razão disso, o assistido da DPMG também é acompanhado por Defensor Público quando da audiência de conciliação em ações de família.

O número de guichês de atendimento foi ampliado de cinco para nove, o que significa o aumento de quatro postos de atendimento.

O primeiro atendimento inicial passou a ser realizado também por estagiários de Direito, e não apenas por servidores, seguindo uma política de estágio específica que estimula a permanência do estudante no Setor de Atendimento.

Ainda no primeiro atendimento, são colhidos todos os dados do assistido em sistema informatizado próprio e inédito, o Siged, disponível para todos os Defensores Públicos.

As listas de documentos entregues ao assistido foram reformuladas. O novo sistema informatizado permite o gerenciamento desses documentos por parte do Coordenador, com padronização para todo o Estado.

Também por iniciativa da Administração, as atividades do Setor de Atendimento foram normatizadas, por meio da Deliberação 015/2011.



Posse de 159 novos Defensores Públicos

Por meio de negociações com o Executivo, 159 aprovados no VI Concurso para o provimento do cargo de Defensor Público Substituto foram empossados, atingindo-se o 210º e último classificado, excluindo-se os candidatos que pediram deslocamento para o final da lista de classificação e aqueles que estão *sub judice*. Assim, houve um aumento do quadro de Defensores Públicos em cerca de 35%.

Hoje são 603 Defensores Públicos em todo o Estado, o que ainda é pouco para a demanda de Minas Gerais, mas já permite uma melhor atuação e presença nas comarcas mineiras.

Solenidades de posse dos Defensores Públicos do VI Concurso, no Palácio Tiradentes, na Cidade Administrativa.



Aumento do número de vagas de estágio remunerado e elevação da bolsa

O Plano Geral de Atuação (PGA) 2011/2012 colocou, como um objetivo específico a ser perseguido, o aumento do número de estagiários remunerados, bem como do valor da bolsa de estágio e do auxílio-transporte, de forma a aumentar o suporte aos trabalhos de assistência jurídica integral prestados às pessoas hipossuficientes pelo Defensor Público, melhorando a qualidade dos serviços.

Foram fixadas, como metas, o acréscimo de 50 estagiários remunerados, elevando-se o número total de vagas para 180 e o valor da bolsa de estágio e auxílio-transporte para R\$ 450,00. Anteriormente, existiam apenas 130 vagas remuneradas de estágio e o valor da bolsa e do auxílio-transporte totalizavam R\$ 190,40.

Por meio das Resoluções nº 89/2011 e 05/2012, o valor total da bolsa de estágio e do auxílio-transporte foi elevado para R\$ 450,00. Também o número de vagas para o estágio remunerado – não obrigatório direto – foi fixado em 250.

Portanto, as metas estipuladas no PGA foram atingidas, sendo que, ultrapassou-se a meta inicialmente fixada de número de vagas. Isso só possível por meio do adequado gerenciamento dos recursos orçamentários.

A ampliação do número de estágios remunerados é uma forma de incrementar qualitativa e quantitativamente os trabalhos do Defensor Público.

O aumento do valor total da bolsa de estágio e do auxílio-transporte permite a permanência do estagiário na Defensoria por mais tempo, evitando a sua evasão para outros órgãos e servindo como um atrativo para sua participação no programa.

Realização do Processo Seletivo de Estágio

O início do processo seletivo de estágio simplificado se deu com a publicação do Edital de Estágio nº 001/2012, culminando com a realização das provas objetivas e abertas no dia 25 de março de 2012.

Foi a primeira vez que se fez o processo seletivo de forma unificada e simultânea em 60 comarcas no Estado, selecionadas a partir da manifestação de adesão por parte dos coordenadores locais.

As provas, de idêntico conteúdo, foram elaboradas por uma comissão designada pela Resolução 143/2011, que também foi responsável pela correção. Foi designada, ainda, outra comissão para julgar os eventuais recursos.

No total, foram 1.391 candidatos inscritos em todo o estado. Nas comarcas de Juiz de Fora, Montes Claros, Conselheiro Lafaiete e Pará de Minas houve procedimentos específicos para realização das provas em virtude da presença de pessoas portadoras de necessidades especiais; no caso, com deficiência visual.

Todo o processo cumpre o artigo 7º, da Deliberação 006/2011, do Conselho Superior, que garante a observância dos princípios constitucionais da isonomia, legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência no preenchimento das vagas de estágio remunerado.

Vale lembrar que o processo seletivo relativo ao Edital de Estágio nº 001/2012 está em vias de finalização, devendo ser iniciada, brevemente, a fase de convocação para habilitação e assinatura dos termos de compromisso de estágio.



Ampliação do suporte psicossocial

Conforme o Plano Geral de Atuação 2012-2013, para multiplicar e potencializar a atuação da Defensoria Pública, de forma a cumprir a sua missão constitucional com qualidade, a Administração concluiu pela necessária estruturação das áreas administrativa e de apoio técnico, seja jurídico, gerencial ou especializado (psicologia, assistência social, etc), consagrando a multidisciplinariedade.

Neste diapasão, iniciou-se um trabalho de ampliação do suporte psicossocial aos Defensores Públicos, inclusive com a estruturação do Núcleo de Assistência Psicossocial, com a participação de uma psicóloga, servidora da Casa, e de estagiários de Psicologia.

A celebração de convênios com instituições de ensino possibilitou a vinda destes estagiários, dentro do programa de estágio obrigatório, agregando qualidade aos trabalhos desenvolvidos, até mesmo pela participação de professores supervisionando os alunos.

Anteriormente, o apoio psicossocial, nestes moldes, era restrito à Defensoria Especializada de Urgência Criminal.

Com o mesmo objetivo, foram encaminhados estagiários de Psicologia para dar suporte específico à Defensoria Especializada de Proteção à Mulher Vítima de Violência e às especializadas da Infância e Juventude Cível e Juventude Infracional.

O próximo passo será ampliar tal suporte para a área de assistência social. E após validada a metodologia, replicá-la para outros órgãos de atuação no interior do estado de Minas Gerais.

NÚCLEO DE ASSISTÊNCIA PSICOSSOCIAL

*Serviços que se
destacam:*

- Acolhimento e acompanhamento de assistidos
- Relatórios para instruir iniciais (e.g, relatórios necessários à ações de curatela)
- Avaliação do perfil psicológico do assistido quando do primeiro atendimento ou contato com o Defensor Público
- Laudos relativos à seara da Psicologia, na condição de assistente técnico
- Diligências externas, para elaboração de relatório

Debates internos de teses jurídicas e uniformização de procedimentos

A Coordenadoria Criminal de Belo Horizonte realizou reuniões visando a uniformização de atuação e orientação funcional dos Defensores Públicos da área Criminal da Capital. Na oportunidade, os Defensores Públicos discutiram sobre sua atuação e teses a serem adotadas, aprovando enunciados.

Com o mesmo objetivo, a Defensoria Especializada Criminal de Segunda Instância e Tribunais Superiores realiza reuniões mensais para discussão de teses jurídicas.

PRÁTICA EXITOSA Projeto “Saída Legal”

Conscientizar o preso, utilizando palestras e cartilhas, da importância de observar as condições impostas para as saídas, como a data e horário estipulados para o retorno, para que a respectiva falta grave não seja anotada e, desta maneira, o preso não seja colocado em regime mais rigoroso e o benefício revogado.

I Concurso de Práticas Exitosas

O I Concurso de Práticas Exitosas da Defensoria Pública de Minas Gerais tem o objetivo de dar cumprimento à meta estabelecida no Plano Geral de Atuação 2011/2012, promovendo a difusão e a conscientização dos direitos humanos e da cidadania, por meio de práticas criativas realizadas pelos Defensores Públicos.

Como ocorre com o difundido prêmio INNOVARE e o Concurso Nacional de Práticas Exitosas, realizado no Congresso Nacional de Defensores Públicos, o concurso é uma medida para destacar e valorizar o trabalho dos Defensores Públicos mineiros, além de permitir que práticas de sucesso possam ser replicadas de acordo com a realidade de cada comarca.

Sabe-se que os recursos públicos são limitados, ao passo que as necessidades dos assistidos crescentes, assim, justo que alternativas inovadoras sejam buscadas de forma a otimizar a prestação de serviços públicos e alcançar o ideal de justiça social que se deseja.



Ampliação da brinquedoteca na Defensoria Especializada de Defesa da Mulher Vítima de Violência

Em parceria com a ADEPMG (Associação de Defensores Públicos do Estado de Minas Gerais), foi intermediada a doação de brinquedos apreendidos pela Receita Federal para ampliação da brinquedoteca da Defensoria Especializada de Defesa da Mulher Vítima de Violência da Capital.

O objetivo seguinte é criar o espaço também nas Defensorias do Interior.



A valorização dos
DEFENSORES PÚBLICOS E SERVIDORES

Realização de promoções aos Defensores

Negociadas com o Governo do Estado, as promoções de carreira dos Defensores Públicos, pleito antigo da classe, se deram em três etapas, conforme as Resoluções nº 127 e 184/2011 e 10/2012.

Nova regulamentação das diárias com aumento de seus valores

Uma nova minuta sobre regulamentação de diárias em viagens a serviço, apresentada ao Conselho Superior, foi aprovada por meio da Deliberação 37/2011. Além de aumentar o valor, houve a adequação à realidade administrativa da Defensoria, prevendo a indenização excepcional de diária requerida após o deslocamento e o pagamento a colaboradores externos.

Vale alimentação / refeição aos servidores

Também foi apresentada minuta para deferimento e regulamentação do vale alimentação/ refeição aos servidores, aprovada pela Deliberação 36/2011, que fixou o valor de R\$ 10,00 por dia de serviço prestado.

Movimentação dos não estáveis com critérios objetivos e impessoais

A designação dos Defensores Públicos substitutos, após a realização dos cursos de formação, observou a ordem de classificação no concurso, segundo a opção de cada um.

Considerando que as nomeações se deram em três etapas, ao final de cada curso de formação, todos tiveram a oportunidade de escolher, segundo sua classificação e respeitando a comarca inicial de lotação, conforme a Resolução 22/2012.

Antecipação da data de pagamento dos subsídios e vencimentos dos Defensores Públicos e servidores

Ofício solicitando a antecipação dos recursos orçamentários para pagamento dos Defensores Públicos e servidores no dia 1º de cada mês, foi formalizado em audiência com secretário de Estado da Fazenda, Leonardo Colombini, no dia 23 de maio de 2012.

O pedido, cujas tratativas estavam em curso há alguns meses, tem amparo no art. 168 da Constituição Federal, com a redação da Emenda Constitucional nº 45, de 2004, que assegura à Defensoria Pública o recebimento até o dia 20 de cada mês de duodécimos dos recursos correspondentes às dotações orçamentárias, nos moldes dos Poderes Legislativo e Judiciário e em simetria com o Ministério Público.

A medida tem enorme significado, pois realça o alcance da autonomia administrativa, funcional e orçamentária da Defensoria Pública e a distingue definitivamente do Poder Executivo.

Assim, a partir de julho de 2012, o pagamento será depositado no primeiro dia útil de cada mês.

Carteira funcional de âmbito nacional para os Defensores Públicos

Diante da celebração de contrato entre o CONDEGE e o Banco Central, deu-se início aos procedimentos para elaboração da carteira funcional, de âmbito nacional, conforme preconiza a Legislação Federal.

TCT assinado com a CEF: redução de juros para financiamento de imóvel

Foi assinado termo de cooperação técnica com a Caixa Econômica Federal com a finalidade de reduzir a taxa de juros para contratação de crédito imobiliário por todos os Defensores Públicos e servidores da Casa.

Encontros da Administração e Coordenações Regionais e Locais

Uma das preocupações da Administração Superior foi debater, de forma transparente, questões administrativas de maior relevância, como, por exemplo, a lotação dos Defensores Públicos, envolvendo nas discussões a participação das Regionais do Estado. Além dos coordenadores, foram convidados também os Defensores Públicos locais.





Comemoração do Dia do Servidor

Atendendo à política de valorização do servidor da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, em comemoração ao Dia do Servidor Público, nos anos de 2010 e 2011 foram realizadas diversas atividades envolvendo Defensores Públicos e servidores – terceirizados e contratados.

Oficinas de qualificação realizadas em parceria com o Sesc-MG, massagens, atividades lúdicas como teatro, realização de uma feira de exposição contendo trabalhos produzidos por servidores, palestras e entrega de brindes foram algumas das atrações oferecidas. Em 2012, também foi feita uma homenagem premiando os servidores destaques da Capital e Regionais.



Implantação de caixa eletrônico na sede em Belo Horizonte

Entrou em funcionamento no dia 17 de maio de 2012, um caixa eletrônico do Banco do Brasil, instalado no 3º andar do Edifício Sede. Defensores Públicos e servidores contam, a partir de então, com a comodidade e a segurança para realizar operações bancárias.

Capacitação dos
DEFENSORES E SERVIDORES

Curso de Extensão em Mediação de Conflitos e participação no Congresso Internacional de Mediação

Com a finalidade de efetivar a função institucional de desjudicializar os conflitos, a Defensoria Pública, de forma pioneira, se preocupou em capacitar seus Defensores com as técnicas da mediação.

Em parceria com a Fundação Nacional de Mediação foi ministrado a um grupo de 45 Defensores, o Curso de Mediação de Conflitos. O curso compreendeu seis módulos teóricos e de prática simulada, além de prática real, realizada no Aglomerado da Serra em espaço cedido pelo Município de Belo Horizonte, para atendimento dos moradores hipossuficientes da comunidade.

Para a divulgação do projeto e orientações sobre o processo de mediação, a Defensoria Pública promoveu encontros com as comunidades do Aglomerado da Serra, por intermédio de lideranças comunitárias das Vilas Marçola, Conceição, Fátima e Cafezal, oportunidade em que orientou a comunidade sobre a atuação da Defensoria Pública e distribuiu material informativo sobre a atuação específica no aglomerado.

Este mesmo procedimento foi realizado na ocupação Dandara, situada no bairro Céu Azul, na capital, onde também se introduziu o processo de mediação de conflitos.

Em agosto será realizado o Congresso Internacional de Mediação, em que haverá a apresentação do projeto e dos resultados obtidos, tanto no Aglomerado da Serra, quanto na ocupação Dandara, com a participação dos Defensores que receberam a capacitação.

TEMAS
IMPORTANTES
COM RENOMADOS
JURISTAS

O curso de formação abordou atividades práticas, aspectos institucionais e de atuação do Defensores Públicos e as relações interinstitucionais.

Cursos de Formação de Defensores Públicos substitutos

Com o objetivo de melhor preparar seus Defensores, buscou-se ampliar a carga horária do curso de formação do VI Concurso, que passou a ter uma duração de quatro a cinco semanas. A formatação procurou apresentar as áreas em que a Defensoria Pública de Minas Gerais atua, disponibilizando material de apoio digitalizado aos Defensores.

Outra inovação foi a realização de palestras com a participação de órgãos públicos, como Judiciário, Ministério Público, Secretaria de Segurança Pública, Polícia Militar, bem como a Serventia de Registros Públicos e a OAB, de forma a demonstrar a necessidade de atuação com parcerias.

Os cursos também destacaram a atuação extrajudicial da Defensoria Pública, expondo ações inovadoras de colegas em todo o Estado que merecem ser replicadas.

Renomados juristas, entre eles, Cármen Lúcia Antunes Rocha, Cesar Roberto Bittencourt, Maria Coeli Simões Pires, José Luiz Quadros de Magalhães, Luiz Flávio Gomes, Nelson Rosendal, Salo de Carvalho e Aury Lopes Júnior, ministraram importantes temas, sendo franqueada a participação de todos os Defensores do Estado.

Além de formar os novos Defensores Públicos, os cursos também oportunizaram a atualização dos demais colegas.



Incentivo a participação dos Defensores em congressos estaduais e nacionais

A Defensoria Pública, embora tenha limitações orçamentárias, buscou incentivar e capacitar seus Defensores, por meio da participação em Congressos, cuja escolha dos membros se deu por sorteio dos interessados.

DESTAQUES

- III Congresso Mineiro de Direito das Famílias e Sucessões
- Seminário Internacional: Capacitação da Defensoria Pública para o enfrentamento da tortura
- X Congresso Nacional dos Defensores Públicos em Natal/RN, independente de sorteio, os Defensores Públicos que apresentaram práticas exitosas tiveram suas despesas custeadas pela Defensoria Pública
- VIII Congresso Brasileiro de Direito de Família
- VII Conepa - Congresso Nacional de Alternativas Penais em Campo Grande/MS
- 17º Seminário Internacional do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais em São Paulo/SP
- II Congresso Nacional dos Defensores da Infância e Juventude

Apoio ao I Congresso Mineiro de Defensores Públicos

O I Congresso Mineiro de Defensores Públicos, realizado pela Associação de Defensores Públicos de Minas Gerais (ADEPMG), recebeu apoio institucional da Defensoria Pública, com interlocução política para captação de recursos, junto ao Governo do Estado, além da homenagem ao Governador, que se fez presente na abertura do evento.

Apoio ao II Congresso Brasileiro de Direito e Sustentabilidade

Diante da atualidade do tema e parcerias firmadas, a Defensoria Pública incentivou o evento, divulgando e disponibilizando acesso à página virtual de inscrição.

Realização do I Encontro dos Defensores Públicos do Programa *Libertas*

Integrando a programação da Semana do Defensor Público, foi realizado o primeiro encontro dos Defensores Públicos do Programa *Libertas*. Na oportunidade, os Defensores trocaram experiências na execução penal, além de debaterem dúvidas e sugestões para melhoria dos serviços.

Programa *Libertas* na Escola do Legislativo

*Defensor Público
Guilherme Rocha, da
Comarca de Neves; Sub-
defensora Pública Geral,
Ana Cláudia Alexandre;
Juiz Corregedor do CNJ,
Erivaldo Santos; De-
fensora Pública-Geral,
Andréa Tonet e o coordena-
dor do Programa
Libertas, Guilherme
Tinti de Paiva*



Cursos de atualização para Defensores / Servidores

Dentro do esforço de capacitação técnica da Instituição, foram oferecidos vários cursos e seminários para os Defensores Públicos e servidores (*veja quadro*).

Em acréscimo, destaca-se a a 1ª Semana SIPAT - Semana Interna de Prevenção a Acidentes do Trabalho) com parceria com a MGS, realizada de 2 a 4 de maio de 2011.

Vale ressaltar também que, anualmente, são disponibilizados aos Defensores e Servidores da instituição, cursos oferecidos pela Fundação João Pinheiro, em parceria com a Seplag, referente à gestão pública.

Curso / Seminário	Vagas cedidas
"Avaliação de Desempenho na Administração Pública"	1
"Controle da Inadimplência" CAUC	3
"Elaboração de Projetos - Captação de Recursos"	2
"Formação de Pregoeiros"	3
"Gestão da Carreira"	1
"Gestão do Desenvolvimento do Servidor"	1
"Licitação e Contratos Intermediários"	1
"Processos de Aposentadoria"	1
"Sistema Integrado de ADM de Pessoal SISAP"	1
"Elaboração e Gestão do Plano Plurianual"	1
"Processo Administrativo Disciplinar" (dez. 2010)	5
"Seminário Nacional de Contratos Administrativos" (28 a 30/06/2011)	5
"Processo Administrativo Disciplinar" (dez 2011)	3
"O Ordenador de Despesas e a Lei de Responsabilidade Fiscal" (24 e 25/05/2012)	2
"Gestão Estratégica e Balanced Scorecard" (16 a 19/08/2011)	3
"II Fórum Nacional de Gestão Estratégica no Setor Público" (05 e 06/05/2011)	2
"II Simpósio Internacional PWC - Inovação em Gestão Pública" (13 e 14/04/2011)	1
"Curso de Cerimonial e Protocolo" (29 e 20/05/2012)	3
Total de Defensores capacitados : 18	
Total de servidores capacitados : 17	
Total de capacitados: 35	

A DIVULGAÇÃO DA INSTITUIÇÃO
perante a sociedade, os poderes constituídos e os órgãos públicos

Assinatura de termo de cooperação técnica com a Rádio Inconfidência

Por meio de um termo de cooperação técnica com a Rádio Inconfidência, foi disponibilizado à Defensoria Pública espaço no programa “Revista da Tarde” todas as terças-feiras para destaque de assuntos afetos às funções da Defensoria e de interesse geral.

É um canal aberto à população que divulga a Instituição além de prestar serviço de educação em direitos.



Pelo segundo ano consecutivo a Defensoria Pública realiza o Café com o assistido.

Realização da Semana da Defensoria Pública 2011 e 2012

Durante a semana em que se comemora o dia do Defensor Público, foi realizada programação especial de atendimento ao público, divulgação da Defensoria e realização de atividades de valorização do Defensor.

Assim, a denominada “Semana da Defensoria Pública” buscou incluir atividades de aproximação com o público, como o *Café com o assistido* e atendimentos itinerantes, além de serviços como o Posto Avançado de atendimento da Cemig. Também no interior do Estado, as atividades programadas pelos Defensores foram realizadas e inseridas na programação comemorativa da “Semana da Defensoria Pública”.

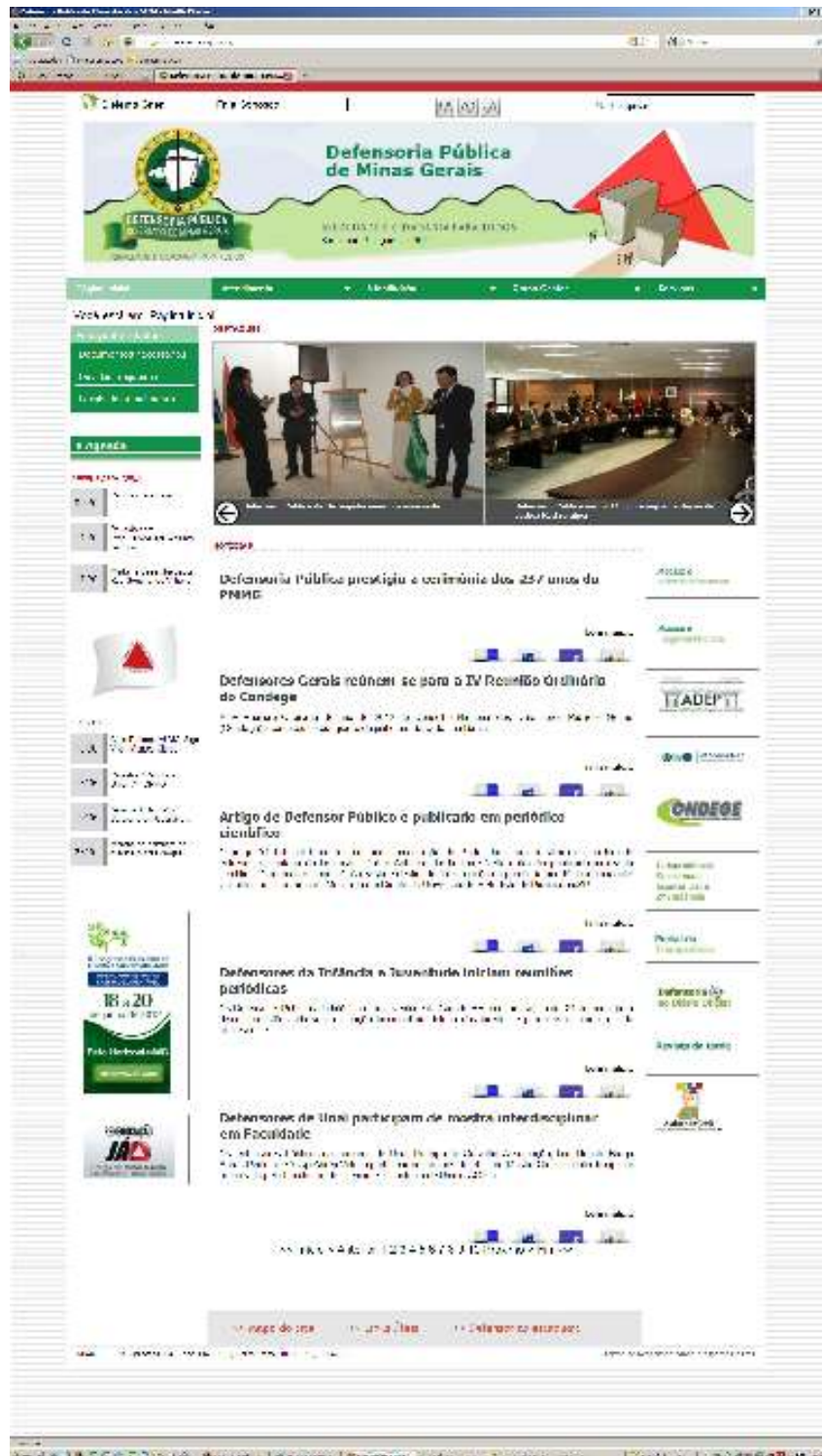
O ponto alto da programação ocorreu com as palestras proferidas por renomados juristas, abertas a todos os Defensores Públicos e comunidade jurídica.

Neste ano de 2012, foi realizado um Seminário Jurídico em parceria com a Faculdade Estácio de Sá, com a presença de estudantes e Defensores Públicos. Destacam-se ainda as parcerias realizadas com a Defensoria da União, Assembleia Legislativa e Associação dos Defensores Públicos do Estado de Minas Gerais.



Aperfeiçoamento do sítio institucional na internet

Em maio de 2012, durante as comemorações da Semana do Defensor Público, a página virtual da Defensoria Pública foi aperfeiçoada, de forma a atender os padrões de transparência e acessibilidade visual, além de facilitar a busca pelos serviços e informações, adaptando-se, de forma gradativa, à Lei Federal nº 15.527/2011.



Maior divulgação das ações dos Defensores Públicos do interior

A Assessoria de Comunicação recebeu novos servidores e tem buscado dar destaque diário aos eventos que ocorrem no interior do Estado. Os próprios Defensores encaminham as notícias de seu órgão de atuação e, após formatação pela Assessoria de Comunicação, as notícias são divulgadas conforme a ordem de recebimento. Vários eventos, no interior, também receberam cobertura fotográfica.

Escolha do *slogan* da Defensoria Pública

Com o apoio da Associação dos Defensores Públicos do Estado de Minas Gerais, foi realizado concurso interno para escolha do *slogan* que melhor definiria a Defensoria Pública. A frase escolhida “Igualdade e Cidadania para todos” está sendo inserida na divulgação da Instituição, em papel impresso, sítio eletrônico e demais meios de comunicação visual, que serão devidamente regulamentados.

Regulamentação da marca da Defensoria Pública

Foi realizado estudo para regulamentação e padronização da marca da Defensoria Pública, com previsão ainda de publicação de norma regulamentadora, quanto à sua utilização.

Parceria com a CEMIG para divulgação da Tarifa Social

A Defensoria Pública elaborou uma cartilha de esclarecimento ao público sobre os requisitos necessários para garantir o direito à Tarifa Social de Energia Elétrica, e está promovendo, em todo Estado, sua distribuição.

A Instituição também está encaminhando interessados para o cadastramento no sistema “CadÚnico”. O número de identificação social (NIS), obtido no cadastro, é imprescindível para obter os descontos.

Comemoração dos 10 anos da Defensoria Pública de Direitos Humanos

Criada em 18 de maio de 2002, através da Portaria n. 047, a Defensoria Pública de Direitos Humanos nasceu de um convênio com o Governo Federal, pela Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República.

Sua proposta inicial surgiu da necessidade de implantar uma metodologia diferenciada de atendimento jurídico integral, realizado por um mesmo órgão especializado, sem que o fracionamento de atribuições por fases processuais pudesse dificultar o acesso à justiça.

Ao longo de seus 10 anos de existência, diversas foram as conquistas, como a propositura de ação civil pública, inclusive antes do reconhecimento legislativo da legitimação ativa da Defensoria Pública.

A Defensoria Pública de Direitos Humanos foca sua atuação na defesa das pessoas e grupos vulneráveis, como:



comunidades quilombolas e tradicionais (congadeiros), famílias de desabrigados, população em situação de rua, pessoas com deficiência, movimentos sociais; tanto no plano individual paradigmático quanto no coletivo, de seus direitos fundamentais à vida, liberdade, igualdade, dignidade, privacidade, segurança alimentar, educação, moradia, reforma agrária, informação, livre expressão, não-discriminação, segurança pública e de indivíduos integrantes das minorias e grupos vulneráveis.

Neste ano de 2012, comemorou-se, durante a “Semana da Defensoria Pública”, os 10 anos da Defensoria de Direitos Humanos, em evento que relembrou a atuação do órgão, com entrega de homenagem a todos os Defensores que nele atuaram.

Participação no mutirão de sessão de júris em Montes Claros: parceria com o TJ e MP

A Defensoria participou da realização do mutirão do Júri na Comarca de Montes Claros.

A primeira fase do mutirão ocorreu na semana dos dias 21 a 25/05/2012 e a segunda ocorrerá entre os dias 18/06 a 22/06/2012.

A ação vem sendo realizada em parceria com o Tribunal de Justiça, pelo Projeto “Novos Rumos”, bem como com o Ministério Público.

Foram designados seis Defensores para atuar no mutirão, sendo dois da Capital, dois de Contagem e dois de Montes Claros. Até o final da prática, serão realizados, de forma simultânea, 37 júris, em quatro universidades e faculdades da região norte do Estado.

Sem dúvida, a participação da Defensoria na ação proporcionará destaque entre os alunos das faculdades participantes, bem como da sociedade civil. Vale destacar que a sustentação oral em plenário feita pelos Defensores, além de ser prática de grande fascínio por todos os estudantes, também se apresenta como oportunidade para demonstrar o trabalho da Defensoria Pública.

Fortalecimento da área de
TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO

A área de Tecnologia de Informação como diferencial estratégico

O PGA 2011-2012 e 2012-2013, de forma integrada, estabeleceu como um dos eixos estruturadores da DPMG o fortalecimento da área de Tecnologia de Informação (TI), ampliando a abrangência do Sistema de Informações e Gestão da DPMG (SIGED) para todos os órgãos e setores da Instituição e promovendo o aparelhamento dos recursos de hardware, software e de comunicação.

Ficou latente a necessidade de um aparato que permitisse não só o armazenamento e disseminação de todas as informações relativas à Instituição, mas também, que propiciasse a geração do conhecimento, possibilitando a tomada de decisões com base em um suporte de informações sólido, consistente e organizado.

Este aparato é a aplicação da Tecnologia de Informação, que permite o desenvolvimento de sistemas, possibilitando o manuseio de imensa quantidade de informações, o que seria impossível de ser feito manualmente. Seu objetivo é armazenar, tratar e fornecer informações de tal modo a apoiar as funções, processos internos e decisórios de uma organização.

A colocação da área de Tecnologia de Informação como prioridade institucional retrata apenas o que o mercado já reconheceu há tempos, colocando tal área como diferencial no mercado competitivo e fundamental para a eficiência e eficácia dos processos internos de qualquer organização.

Na esfera pública, vem consagrar o princípio da eficiência possibilitando que as instituições e órgãos públicos cumpram a sua missão constitucional e legal.

As Defensorias Públicas que investiram no desenvolvimento de sistemas de informações, conseguiram avançar quantitativa e qualitativamente a assistência jurídica prestada.

O fato de sua arquitetura basear-se em um banco de dados já permite a criação de quaisquer procedimentos de apoio à decisão estratégica, tática e operacional em relação às atividades finalísticas e administrativas, o que confirma toda a sua potencialidade como diferencial competitivo.

Implementação do SIGED na Capital e Interior para atendimento

Quando foi estabelecido no Plano Geral de Atuação o fortalecimento da área de Tecnologia de Informação, tornou-se evidente a necessidade da estruturação de um sistema de informações que pudesse dar suporte às atividades do Defensor Público, agregando qualidade ao seu trabalho e melhorando sua produtividade.

Com este intuito, foram criadas novas funcionalidades no Sistema de Informações e Gestão, o SIGED, para que pudesse conter todas as informações relevantes do assistido, antes restrito apenas ao nome, endereço e telefone.

Em fevereiro de 2012, o SIGED alcançou a marca de 30 mil assistidos cadastrados. Estima-se que, até o final do ano, este número chegue a 60 mil.

Com pouco mais de um ano em operação, o SIGED está acessível não só para a Capital, mas também para o interior. Este é um sistema que possibilita, de maneira rápida, a busca de informações relativas aos assistidos e às prestações jurídicas realizadas.

Novas funcionalidades no módulo da Corregedoria Geral no SIGED

No período de gestão 2010-2012, destaca-se o desenvolvimento e implementação das novas funcionalidades do módulo da Corregedoria Geral, que integra o SIGED, resultado do trabalho conjunto entre Corregedoria Geral, Defensoria Geral, Subdefensoria, Diretoria de Recursos Humanos e Superintendência de Gestão da Informática.

Dentre elas, destaca-se o Relatório *On Line*, iniciativa da Casa Correcional, elaborado a partir de sugestões de Defensores Públicos, que documenta a produção institucional e permite aferir sua eficiência e eficácia.

Por intermédio do Relatório, são documentadas todas as prestações jurídicas executadas, possibilitando à Corregedoria Geral manter atualizados os assentamentos funcionais e os registros estatísticos de atuação dos membros da Defensoria Pública. Dentre os objetivos, o fornecimento do relatório estatístico sobre as atividades dos órgãos de execução ao Defensor Público-Geral, nos termos do art. 34, incisos XII e XVI, da Lei Complementar nº 65/2003.

Esta funcionalidade substitui a antiga forma, trazendo maior eficiência ao procedimento e maior transparência da Instituição, permitindo, em detalhes, uma prestação de contas do serviço. No Sistema “Casa”, por meio do *link* “Corregedoria -Produtividade Defensores”, é possível ter acesso às informações relativas ao trabalho destes. Tais informações constituem importantes elementos para subsidiar a condução administrativa, permitindo a priorização das ações e a tomada de decisões.

Foram desenvolvidos, em acréscimo, para otimizar o trabalho do Cartório Correccional, funcionalidades para controle mais eficaz do acompanhamento dos processos administrativos disciplinares, inclusive, quanto à iminência de vencimento dos prazos de conclusão e de fases a eles inerentes, bem como para o arquivamento digitalizado dos autos.

Em andamento, também no módulo “Corregedoria”, o desenvolvimento de funcionalidades para controle do estágio probatório.

PRINCIPAIS
AVANÇOS
INCORPORADOS
NO SIGED

- Geração do número do assistido na DPMG, permitindo o seu acompanhamento na instituição.
- Geração do cartão do assistido, facilitando a sua identificação e tornando mais rápido o seu atendimento.
- Geração automática da declaração de hipossuficiência.
- Geração automática da declaração de comparecimento.
- Geração automática do cabeçalho para petições.
- Geração automática de etiquetas para correspondências.
- Identificação do responsável pelo lançamento de dados ou pelo atendimento.
- Registro das informações relevantes a respeito da demanda, o que facilita o atendimento por outros Defensores Públicos, agregando uma maior qualidade na prestação jurídica.
- Registro das informações relevantes a respeito do perfil socioeconômico do assistido.
- Juntada virtual de todas as petições e documentos digitalizados do assistido.
- Inserção de dados do representante legal ou de fato.
- Disponibilização de documentos padronizados para as atividades diárias do Defensor Público.
- Disponibilização de questionários padronizados para facilitar a coleta de dados durante as entrevistas com os assistidos.
- Disponibilização de etiquetas padronizadas com manifestações processuais específicas para processos de família.
- Consulta da pasta virtual do assistido por qualquer um dos seguintes critérios de busca: nome completo, CPF, RG ou número no SIGED.

AVANÇOS ADMINISTRATIVOS

O controle da situação patrimonial

A Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais está comprometida com a melhoria dos processos relativos à gestão e controle patrimonial. As dificuldades hoje existentes para aferir com segurança toda a realidade material do patrimônio físico da DPMG, estão sendo objeto de ações concretas, de modo a serem sanadas.

Foram implantadas ações que são de grande relevância para uma melhor estruturação da gestão e do controle patrimonial, dentre as quais podemos destacar a criação de uma coordenadoria para tratar exclusivamente dos assuntos relacionados à gestão e controle patrimonial, dada a descentralização das unidades dentro do território do Estado de Minas Gerais. Foram publicadas as resoluções 029/2012 e 031/2012, que disciplinam as atribuições da coordenadoria e orientam os trabalhos.

A Subdefensoria Pública-Geral, após estudo realizado conjuntamente com os setores administrativos e a Assessoria do Gabinete, encaminhou para apreciação do Conselho Superior da DPMG, proposta de regulamentação das normas relativas à aquisição, incorporação, armazenagem, movimentação, reaproveitamento, alienação e outras formas de desfazimento na gestão de material, com o objetivo de estabelecer, reordenar e consolidar normas procedimentais e orientações sobre a gestão de material, no âmbito da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais.

O Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, aprovou a proposta de regulamentação das normas e procedimentos próprios relativos à gestão e controle patrimonial que hoje são regidas pela deliberação nº 007/2012.

Foi designada Comissão Permanente de Controle Patrimonial que terá, dentre suas atribuições, a reavaliação dos bens, permitindo a atuação contínua e a garantia da conclusão dos resultados, além de subsidiar os trabalhos relativos ao inventário anual.

Por fim, foi elaborado e está em implantação o projeto de controle da gestão material que prevê a correção de várias inconsistências ainda existentes por falta de cadastro das situações patrimoniais concretas ao longo do histórico de exis-

tência da DPMG. É importante registrar que a subordinação à estrutura do Executivo durante um longo período até a obtenção da efetiva autonomia é um dos fatores responsáveis pela perda de muitos dados. Assim, o planejamento da configuração física das respectivas unidades e a entrega formal da carga patrimonial aos agentes públicos responsáveis por cada setor faz parte do plano de ação que está em execução e garantirá a eficácia da gestão patrimonial.

Gestão pela DPMG do controle e pagamento dos estágios remunerados

Com o advento da Resolução nº 089/2011 da Defensoria Pública Geral do Estado de Minas Gerais, foi implantado o módulo SIGEST no Sistema de Informações e Gestão da Defensoria (SIGED), de modo a permitir o controle do estágio não obrigatório direto (estágio remunerado) pela instituição, sem a interveniência do CIEE (Centro de Integração Empresa-Escola), conforme permissivo da Lei de Estágio (art. 5º, Lei 11788/2008).

Para tal fim, não foi renovado o contrato com o CIEE, que teve vigência até 05/10/2011.

A partir da implantação do SIGEST, o pagamento dos estagiários remunerados passou a ser feito diretamente pela Defensoria Pública, o que permitiu uma economia da ordem de 10% (dez por cento) do valor total dos pagamentos, que era repassado para o CIEE a título de administração.

Além disso, todo o controle de frequência e férias, bem como o pagamento aos estagiários da bolsa de estágio e do auxílio-transporte passaram a ser feitos diretamente pela Defensoria Pública, trazendo maior eficiência ao procedimento e maior pontualidade aos pagamentos.

O controle da gestão orçamentária

Com o objetivo de dar continuidade à gestão transparente dos recursos orçamentários da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, assim como avaliar o desempenho histórico da Instituição no que tange à aplicação dos seus recursos, faz-se necessária apresentação das informações relevantes concernentes à execução orçamentária dos exercícios financeiros de 2003 a 2012. Consiste na primeira edição da Análise Histórica da Execução Orçamentária da DPMG, integral nos anos de 2003 a 2011, e parcial no ano de 2012.

Os dados aqui apresentados são oficiais e foram extraídos do Armazém de Informações - BO / Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), sendo consideradas as despesas empenhadas.

Os cinco primeiros gráficos demonstram despesas oriundas de todas as fontes de recursos da Instituição, com exceção do Fundo Penitenciário Estadual (FPE), ou seja, recursos ordinários do tesouro estadual, de convênios, de arrecadação própria e do Fundo Financeiro de Previdência (FUNFIP).

A título de conceituação, considera-se **crédito inicial** a despesa fixada inicialmente na Lei Orçamentária, a qual foi aprovada pelo Legislativo, bem como sancionada e publicada pelo Executivo. Já o **crédito autorizado** consiste no valor do crédito inicial mais as alterações (créditos adicionais ou anulações) ocorridas durante o exercício financeiro no orçamento da Defensoria.

No tocante aos grupos de despesas realizadas pela DPMG, verificam-se as despesas de pessoal, outras despesas correntes e investimento. A “Despesa de pessoal” contempla todas de natureza remuneratória dos Defensores, servidores administrativos e detentores de cargo de confiança, incluindo encargos sociais, pagamentos de benefícios e proventos de aposentados. O grupo “Outras despesas correntes” consiste no conjunto de gastos com a manutenção dos serviços institucionais, como aquisição de material de consumo, diárias, aluguéis de imóveis, serviços de apoio administrativo e de conservação e limpeza, aluguel de impressoras, tarifas de telefonia, água, luz, entre outras. “Despesas de investimento” consistem, sobretudo, na aquisição de equipamentos e materiais permanentes, como mobiliário, computadores, veículos, entre outros.

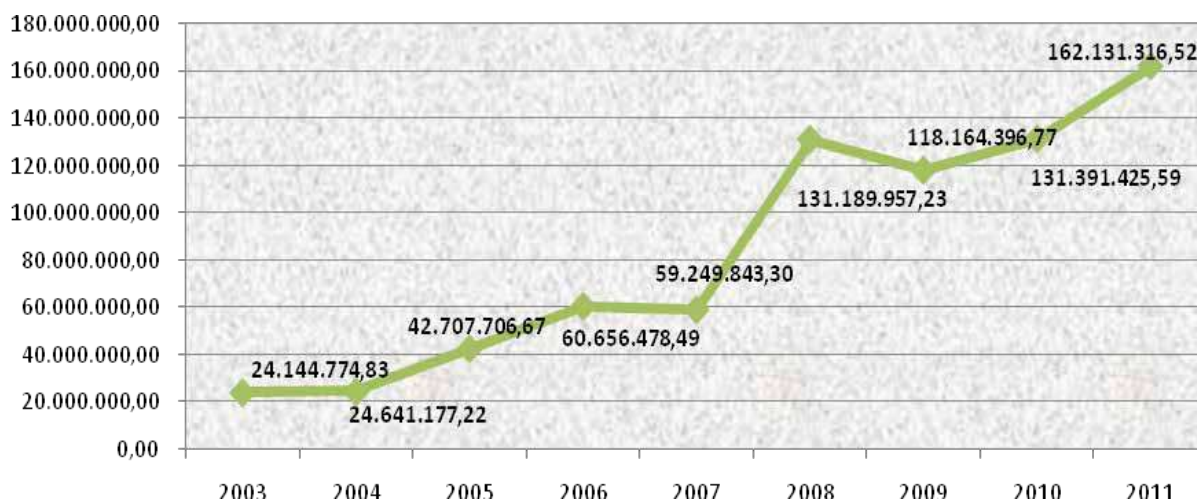
Análise da execução orçamentária total da DPMG

O exercício financeiro de 2011 foi marcado pela **maior execução orçamentária na história da DPMG**, conforme revela o GRÁFICO 1. Foram gastos R\$ 162.131.316,52 com despesas de pessoal, outras despesas correntes e investimentos. Esse valor representa a taxa de 105,54% de execução dos recursos previstos no crédito inicial disponibilizado pela Lei Orçamentária (LOA-2010). Em 2011 pode-se destacar, também, a posse de novos Defensores Públicos ocorrida nos meses de maio e setembro, através do 6º concurso Público para ingresso na carreira.

No ano de 2010 ocorre a segunda maior execução orçamentária da DPMG executando-se o montante de R\$ 131.391.425,59.

Em 2008 ocorreu uma elevação brusca ocasionada por diversos fatores. O primeiro e mais representativo está relacionado com a **transferência da folha de pagamento de inativos para a unidade orçamentária da Defensoria Pública**. Essa mudança ocasionou um acréscimo de 34,6 milhões de reais no orçamento dessa Instituição. Destaca-se que nos exercícios anteriores a 2008, o pessoal inativo não era pago por dotação própria da DPMG. O segundo fator se deve à posse de novos Defensores por meio do V Concurso, encerrado no final de 2007. O terceiro está associado com a instituição do subsídio, que elevou a remuneração

GRÁFICO 1 - Execução anual das despesas da DPMG



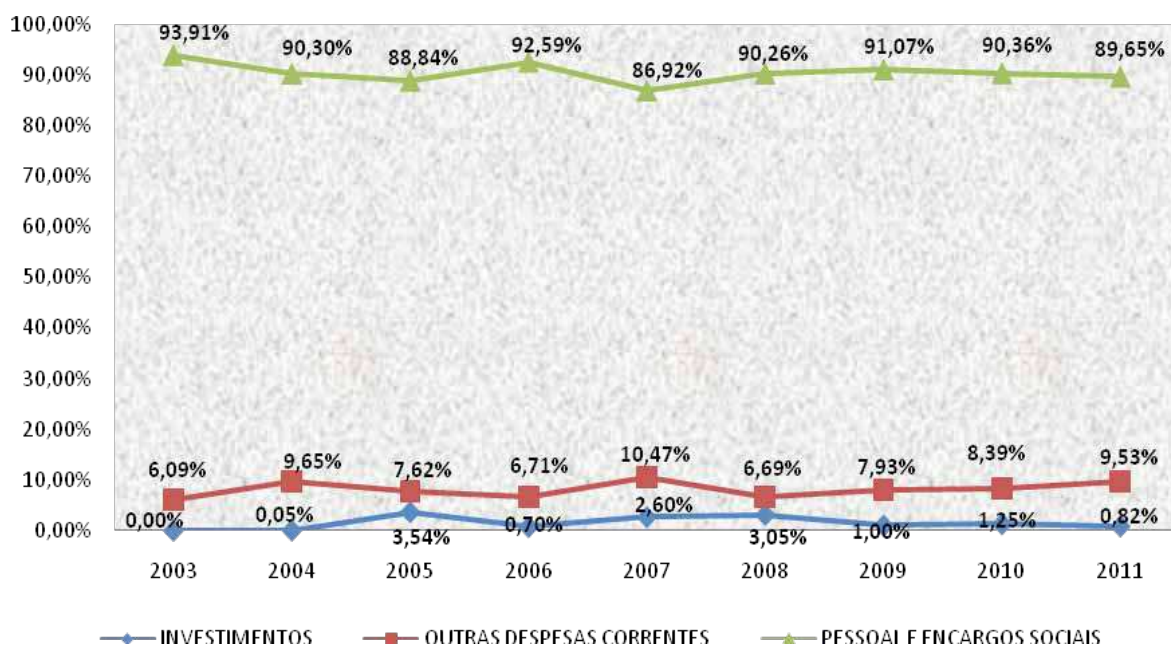
Fonte: Diretoria de Planejamento e Orçamento. Armazém SIAFI. 04/06/2012.

dos Defensores também no final do exercício de 2007, sendo que houve o pagamento em 2008 de valores atrasados referentes a 2007. O quarto fator se deve à concessão de benefícios, como adicional por tempo de serviço e férias-prêmio. O quinto está relacionado com a implantação da nova sede na Rua Paracatu, nº 304, Bairro Barro Preto, em Belo Horizonte. Essa nova sede demandou elevados investimentos, tendo em vista a necessidade de estruturar as salas da administração e de atendimento.

No que concerne à superioridade do valor executado de 2008 em relação a 2009, a razão principal se deve aos valores dos subsídios atrasados de 2007, que foram executados apenas em janeiro do exercício seguinte. Assim, no ano de 2008, foram pagos vencimentos do próprio exercício e, também, do anterior. Outros dois fatores que contribuíram para configurar menor execução em 2009 consistem na evasão de membros da carreira de Defensor Público.

Em 2006, o crescimento da execução ocorreu, principalmente, em razão do aumento do vencimento básico da carreira de Defensores. Já o aumento registrado no ano de 2005 se deve, sobretudo, à posse de novos Defensores em virtude do IV Concurso para provimento de membros da carreira.

GRÁFICO 2 - Distribuição das despesas da DPMG - 2003 a 2011



Fonte: Diretoria de Planejamento e Orçamento. Armazém SIAFI. 06/06/2012.

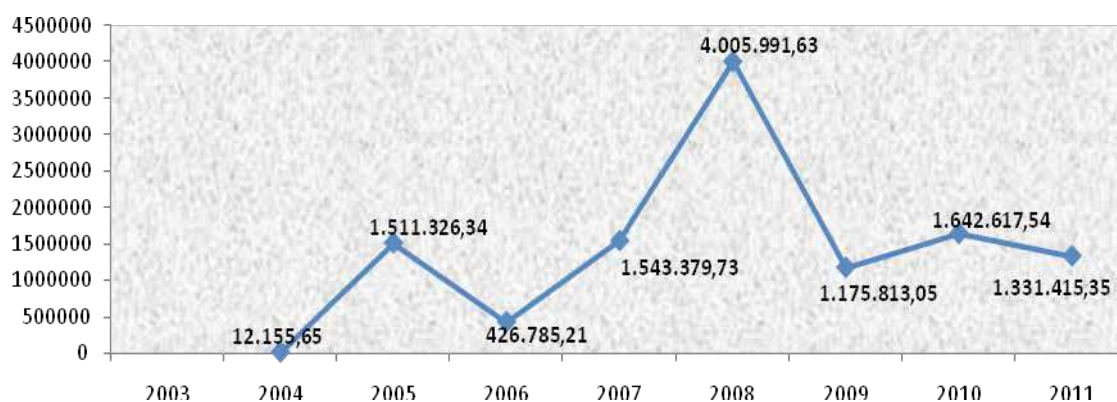
No tocante à distribuição de despesas da DPMG em 2011, registrou-se a seguinte proporção: 89,65% com pessoal; 9,53% com outras despesas correntes; e 0,82% com investimento. Identificamos o mesmo padrão de distribuição das despesas durante o período analisado em relação aos grupos de despesas investimentos, outras despesas correntes e pessoal.

Análise das despesas do grupo investimento

No que tange às despesas de investimento, constatou-se diminuição no valor executado, a partir do ano de 2009 devido à restrição orçamentária causada pela diminuição no ritmo de crescimento da arrecadação do Estado de Minas Gerais, além da economia orçamentária atingida pela DPMG em procedimentos licitatórios.

Nota-se que no ano de 2008 ocorreu um grande aumento dos gastos justificado pela necessidade de investimento para efetivar a mudança da Sede da DPMG da Rua Rio Grande do Sul para a Rua Paracatu.

GRÁFICO 3 - Execução das despesas de investimento da DPMG - 2003 a 2011



Fonte: Diretoria de Planejamento e Orçamento. Armazém SIAFI. 06/06/2012.

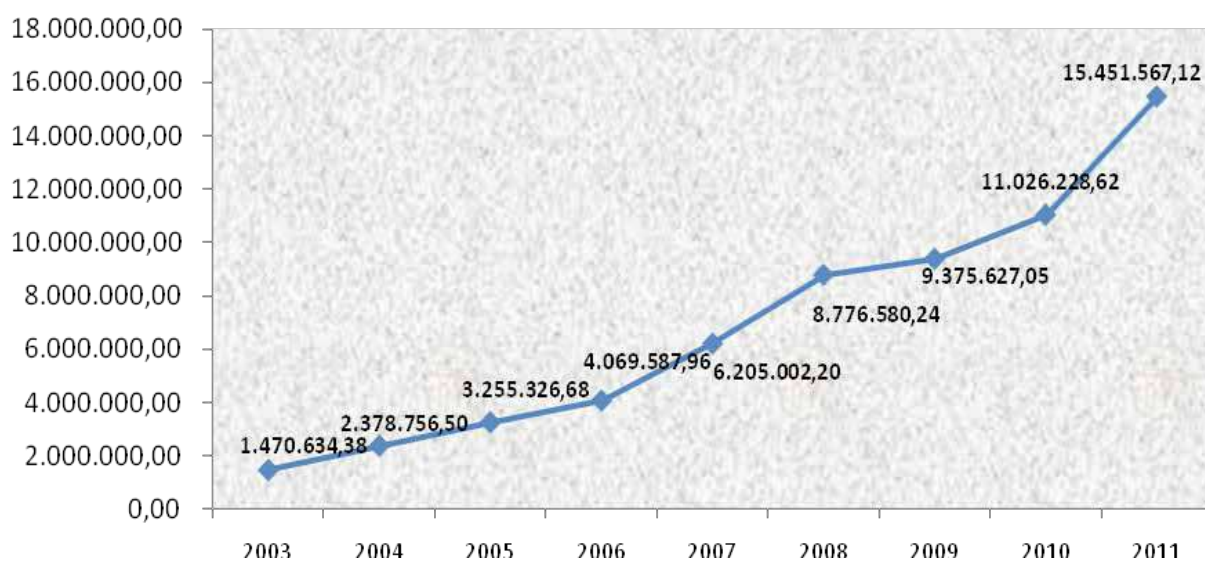
Análise das despesas do grupo, outras despesas correntes

Com relação às despesas de custeio (GRÁFICO 4), a Defensoria Pública apresentou no período de 2003 a 2011 crescimento contínuo na execução orçamentária, passando de R\$1.470.634,38 em 2003 para R\$15.451.567,12 em 2011. Cabe salientar que foram gastos nesse grupo de despesas no ano de 2011 R\$ 5.436.122,22 a mais do que no exercício anterior, o que representa crescimento de 40,17%. É impor-

tante salientar que a estruturação e a conseqüente melhoria na prestação de serviços da DPMG estão diretamente relacionadas com o crescimento dos gastos de custeio.

Além da economia obtida em procedimentos licitatórios, algumas despesas de custeio foram racionalizadas com o objetivo de garantir a responsabilidade na gestão dos gastos e atingir um nível eficiente na execução orçamentária. Salientamos que o aumento expressivo dos gastos se deve essencialmente pelo crescimento da Defensoria nestes últimos anos, além da necessidade de estruturação das unidades do interior, o que resultou da melhoria significativa da prestação de serviço e da estruturação da DPMG.

GRÁFICO 4 - Execução das despesas de custeio (outras despesas correntes) da DPMG - 2011



Fonte: Diretoria de Planejamento e Orçamento. Armazém SIAFI. 06/06/2012.
Não foram contabilizados recursos vinculados a convênios.

Análise das despesas do grupo pessoal

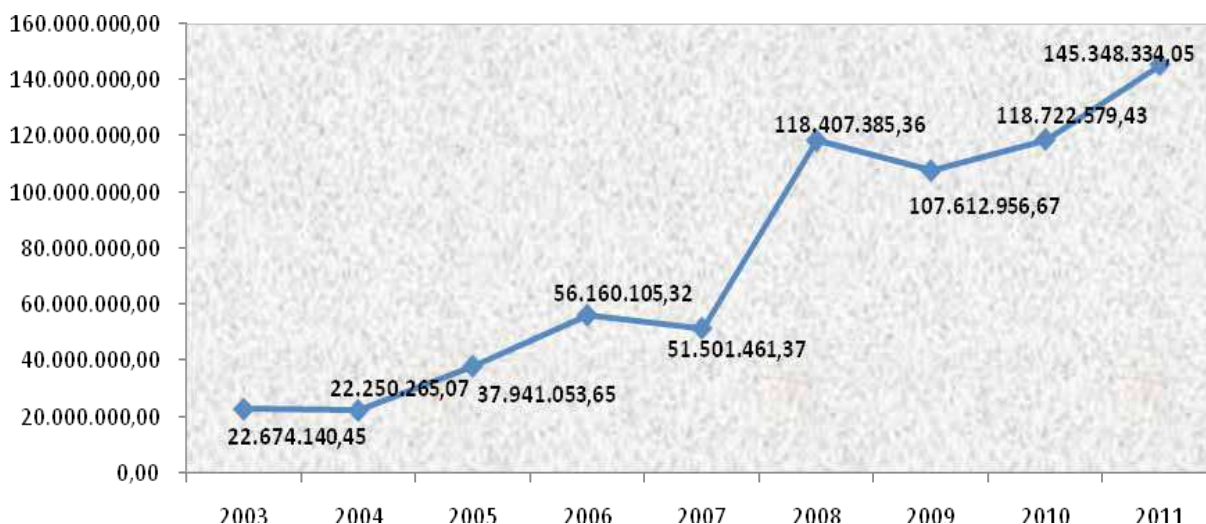
Destaca-se em relação aos gastos do Grupo de Pessoal verificou-se o valor de R\$22.674.140,45 no ano de 2003, alcançando o valor de R\$145.348.334,05 no ano de 2011. Este crescimento justifica-se pelo aumento do subsídio dos Defensores Públicos nos anos de 2008 (Lei Estadual 17.162/2007) e 2010 (Lei Estadual 18.001/2010), além da posse de novos Defensores Públicos nos anos de 2005, 2008 e 2011.

Análise da execução orçamentária de 2012 da DPMG

O crédito inicial disponibilizado na LOA 2012 (Lei 20.026) R\$184.271.365,00, este valor representa um acréscimo de 19,88% em relação ao crédito inicial do ano de 2011.

Até o mês de maio de 2012 foi executado R\$77.089.366,36, o que representa 42,21% do crédito inicial total. O aumento dos gastos nesse período foi relacionado à posse de 43 novos Defensores Públicos e ao fornecimento de vale alimentação / refeição para os servidores administrativos. Cabe ressaltar também os gastos referentes à manutenção e reforma das NOVAS SEDES, que representará um novo marco para a melhoria da prestação de serviços da DPMG em busca da excelência ao atendimento jurídica à população hipossuficiente do Estado de Minas Gerais.

Gráfico 5 – Crédito inicial 2012 x Despesa empenhada - Janeiro a maio 2012



Fonte: Diretoria de Planejamento e Orçamento. Armazém SIAFI. 14/06/2012.

Análise da execução do fundo penitenciário estadual/FPE

A Defensoria Pública consiste em órgão beneficiário de até 15% dos recursos arrecadados pelo FPE.

Sobre a execução da parcela do Fundo Penitenciário Estadual (FPE) a que tem direito a DPMG (GRÁFICO 6), verificou-se uma execução de **R\$ 66.031,35 no ano de 2011**. Foram adquiridos, com esses recursos, computadores que serão destinados aos **Defensores que atuam na área criminal, em virtude do objeto do FPE**.

GRÁFICO 6 - Crédito inicial 2012 x Despesa empenhada - Janeiro a maio 2012

Crédito Inicial 2012 x Despesa Empenhada - janeiro a maio 2012



Fonte: Diretoria de Planejamento e Orçamento. Armazém SIAFI. 14/06/2012.

O recurso total disponível para a execução da despesa de convênio em 2011 foi de R\$ 1.564.265,80, suplementado no início de 2011, por saldo financeiro, por se tratar de recurso de convênio assinado em 2008 do “Novo Lajedo” e 2010 do convênio “*Libertas Quae Seras Tamen*”.

O valor de R\$ R\$ 1.411.921,69 foi suplementado no ano de 2012 por saldo financeiro para o programa “*Libertas Quae Sera Tamen*”. O projeto “Novo Lajedo” não foi executado e está sendo finalizada a consequente devolução dos recursos disponibilizados.

O valor executado de R\$ 72.446,70 refere-se a despesas executados com convênio, incluindo a contrapartida de responsabilidade da DPMG.

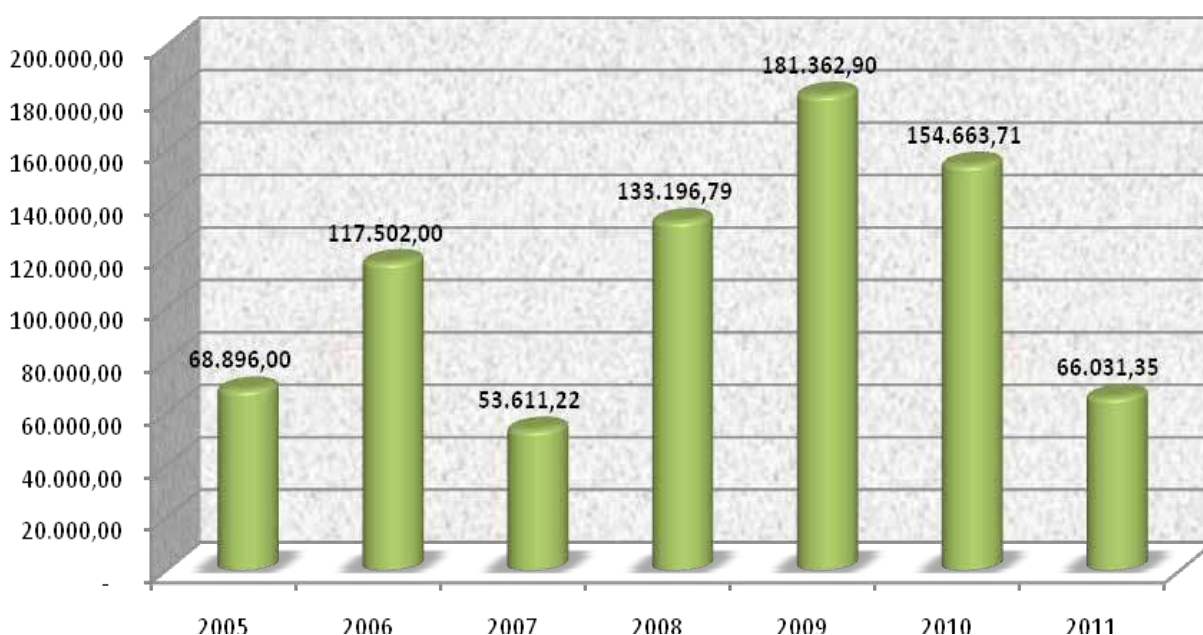
Salienta-se que a maior parte do recurso convênio “*Libertas*”, conforme o plano de trabalho, será para custar despesas com contratação de serviços de terceiros e esta sendo executada em 2012.

Execução orçamentária - Conclusões

Ao se analisar os gastos integralmente realizados pela DPMG nos exercícios de 2003 a 2011, verifica-se que a Instituição ampliou-os gradativamente na manutenção do serviço de assistência jurídica gratuita e na estruturação de algumas sedes no Estado de Minas Gerais.

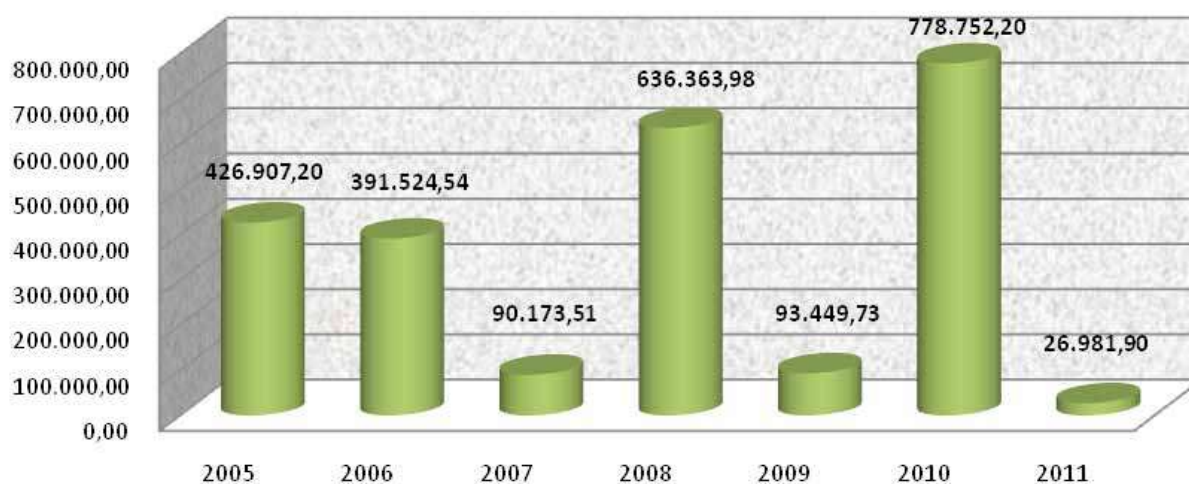
Durante o período analisado, foi possível elevar os gastos com pessoal em razão da posse de novos Defensores Públicos durante os anos de 2005, 2008 e 2011 o aumento do subsídio para a classe nos anos de 2008 e 2010, 2011.

GRÁFICO 7 - Despesas realizadas pela DPMG com recursos do FPE - 2011



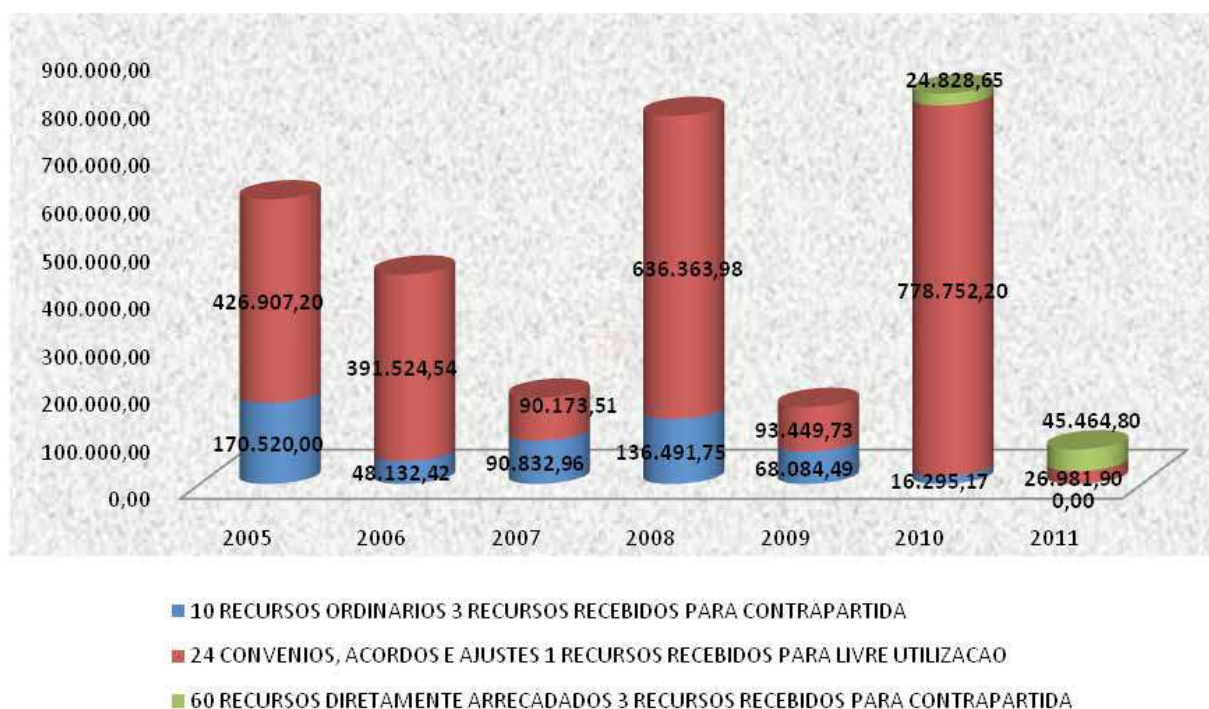
Fonte: Diretoria de Planejamento e Orçamento. Armazém SIAFI. 10/05/2012.

GRÁFICO 8 - Execução dos recursos de convênios da DPMG - 2005 a 2011



Fonte: Diretoria de Planejamento e Orçamento. Armazém SIAFI. 10/05/2012.

GRÁFICO 9 - Execução de recursos repassados à DPMG por convênio 2005-2012



Fonte: Diretoria de Planejamento e Orçamento. Armazém SIAFI. 14/06/2012.

Verificou-se, em acréscimo, um aumento das despesas de custeio a fim de manter e aperfeiçoar determinados serviços internos e o funcionamento de sedes do interior. Foi possível, além de pagar despesas de caráter continuado, como tarifas de água, energia, telefone, também, adquirir materiais de escritório, produtos de higiene e limpeza para os Órgãos de Atuação e Administração.

No que se refere às despesas de investimento, foram adquiridos mobiliários, computadores, entre outros bens permanentes, sendo oriundos de dotações próprias da DPMG, do Fundo Penitenciário Estadual e, também, de transferências voluntárias de outros entes federados, como da União.

Por fim, para o exercício de 2012, está disponível à Defensoria Pública na Lei Orçamentária 2011 um total de **R\$ 182.628.500,00**, ou seja, **30,42 milhões** a mais do que o valor realizado em 2011. Entre esse valor, R\$ 161.429.300,00 para pagamento de pessoal ativo e inativo; R\$ 20.271.128,00 para despesas de custeio e R\$ 928.072,00 de investimento, considerando as emendas parlamentares. Além desse crédito, existe a disponibilidade de **R\$ 246.430,00** para investimentos oriundos do Fundo Penitenciário Estadual, conforme a sua arrecadação durante o exercício financeiro.

Otimizando resultados através de
PROJETOS E PARCERIAS

Implementação do Programa “*Libertas Quae Sera Tamen*”

Por meio de um convênio estabelecido entre a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais e o Ministério da Justiça, foi viabilizado o Programa “*Libertas Quae Sera Tamen*” com o objetivo de prestar assistência jurídica integral e gratuita aos presos, bem como seus familiares e para fiscalizar o cumprimento dos direitos previstos na Legislação.

A formalização do convênio ocorreu em 30 de junho de 2010 e seu início ficou condicionado à conclusão do VI concurso para ingresso na carreira de Defensor Público do Estado de Minas Gerais.

Iniciada a atual gestão em agosto de 2010, decidiu-se pela execução do projeto, considerando que a atuação na Defensoria Pública na execução penal constitui uma das atribuições estabelecidas na Lei Complementar Federal nº 80/94 e Lei Complementar Estadual n. 65/2003.

No entanto, as vagas de Defensores Públicos previstas na proposta inicial do projeto, e para as quais seriam designados, não correspondiam àquelas prevista na distribuição abstrata dos órgãos de atuação regulamentada pela Deliberação n. 11 do Conselho Superior da Defensoria Pública.

Em decorrência desta falta de correspondência entre as vagas do projeto e as vagas dos órgãos de atuação, de acordo com a Deliberação nº 11, entendeu-se pela necessidade de alteração e aditamento do projeto.

Assim, em 03 de dezembro de 2010, a Coordenação de Projetos e Convênios da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais sugeriu algumas modificações, que foram acolhidas pela Defensoria Pública Geral e aprovadas pelo Ministério da Justiça.

PREVISÃO INICIAL
Distribuição
dos Defensores em
16 núcleos de
atendimento

Belo Horizonte, Ribeirão das Neves, Contagem, Sete Lagoas, Juiz de Fora, Divinópolis, Araçuaí, Governador Valadares, Ipatinga, Montes Claros, Muriaé, Poços de Caldas, Uberaba, Unaí, Uberlândia e Varginha.

A Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais se comprometeu a designar 67 Defensores Públicos, ingressos do VI concurso, os quais seriam distribuídos nos 16 subnúcleos e iriam atuar exclusivamente na execução do projeto.

Os Defensores atuariam de maneira itinerante, viajando para as comarcas que estariam incluídas em cada núcleo.

Ocorre que os Defensores Públicos, possuindo uma atuação itinerante, não estariam presentes, semanalmente, nas unidades prisionais, e também não teriam condições físicas de atuar nos Conselhos Disciplinares e acompanhar as audiências de justificação.

O trabalho na execução penal ficaria restrito, portanto, à análise de processos, petições e atendimentos, não prestando, assim, assistência jurídica integral.

Em substituição à distribuição itinerante, procurou-se fortalecer as sedes das regionais, designando os Defensores para as vagas das Defensorias de execução penal das comarcas sedes.

Desta forma, permitiu-se acompanhar as audiências do conselho disciplinar, as de justificação e realizar atendimentos semanais nas unidades, além de ser possível a manutenção dos Defensores nas mesmas vagas, exercendo as suas atribuições, após o encerramento do convênio, instaurando, assim, uma política permanente de atuação na execução penal.

Outro ponto prejudicial à atuação itinerante seria o alto custo com diárias e viagens, além do desgaste físico.

Com a alteração, os núcleos passaram para o número de 19, correspondendo com as regionais da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais e algumas comarcas. Ao invés de receberem atuação itinerante, passaram a contar com representação constante da Defensoria Pública, como foram os casos das comarcas de Abre Campo, Almenara, Araxá, Caratinga, Formiga, Patrocínio, Itaúna, Lavras, Muriaé, Cataguases, Passos, Pirapora, Pouso Alegre, Nova Lima, Sete Lagoas, Três Corações, Igarapé, Pedro Leopoldo e Jaboticatubas.

As regionais passaram a contar com números suficientes de Defensores Públicos na execução penal, com provimento integral das vagas das Defensorias de execuções penais, e completada, quando necessário, com a cooperação e conflitos.

Desta forma, com a alteração promovida será possível executar o convênio, assegurando que as atividades sejam mantidas após o encerramento da sua vigência.

A meta estabelecida é realizar, no período de 12 meses, 110 mil prestações jurídicas, incluindo atendimentos aos presos e seus familiares, requerimentos inerentes à execução penal e orientação em direitos, mediante a distribuição de cartilhas.

A atual administração solicitou a prorrogação do convênio até 31 de maio de 2013, o que foi aprovado pelo Ministério da Justiça.

Importante destacar a atuação ocorrida até o mês de maio de 2012 quando foram realizadas 103.923 prestações jurídicas, sendo:

- Atendimentos a presos: 14.273
- Atendimentos a familiares: 8.988
- Requerimentos: 80.662

Almeja-se que o projeto se transforme em uma política institucional permanente de forma a manter a atuação efetiva em área tão cara à Defensoria Pública.



Implementação do projeto preso provisório em Governador Valadares

Por meio de uma emenda popular ao PPAG/2012 -2015, no ano de 2010, feita por uma Defensora Pública, a Defensoria teve aprovada a destinação de R\$200.000,00 para implementação e estruturação do projeto preso provisório em Governador Valadares.

Os atendimentos aos presos provisórios, na formação da Especializada da Urgência Criminal, se iniciou em outubro de 2011.

TCT com as secretarias de Saúde dos municípios de Belo Horizonte, Ubá, Nova Lima e São Lourenço

Na busca de se encontrar uma solução efetiva para a crescente judicialização da saúde, a Defensoria Pública tratou de firmar parcerias com o poder público, notadamente, com o executivo estadual e municipal.

Assim, previamente ao ajuizamento de uma demanda na área de saúde é realizado requerimento administrativo, com criteriosa análise da necessidade do assistido, para seu atendimento, desafogando o Judiciário e obtendo uma solução mais ágil e eficaz.

Foram firmados termos de Cooperação Técnica com as Secretaria Estadual de Saúde e com os municípios de Nova Lima, São Lourenço, Belo Horizonte e Ubá. A parceria visa, sobretudo, melhorar o sistema de saúde pública, padronizando procedimentos, evitando demandas inadequadas e divulgando as regras do sistema único de saúde. Enfim, busca equacionar os interesses do cidadão e os deveres do Poder Público por meio de uma resolução extrajudicial dos requerimentos de medicamentos, procedimentos e insumos médicos.

Justiça Restaurativa: um novo enfoque de resolução de conflitos

A Justiça Restaurativa é um processo alternativo de resolução do conflito, que envolve a colaboração dos afetados diretamente pelo crime ou ato infracional, para determinar qual a melhor maneira de reparar o dano causado pelo ofensor e garantir a real pacificação social.

Vale destacar que os afetados diretamente pelo crime ou ato infracional não são somente o ofensor e a vítima, mas também aqueles que tenham relação emocional significativa com ambos. Assim, todos os afetados poderão participar das práticas restaurativas, através de seu consentimento formal. Do contrário, o conflito será resolvido pelas vias ordinárias da justiça, afastando-se a solução alternativa.

O processo é um convite para reflexão e a solução para o conflito é buscada de forma conjunta pelos envolvidos, através de um facilitador ou guardião do círculo-restaurativo.

Outro destaque da Justiça Restaurativa é determinado pela participação ativa da vítima em todo o processo, o que nem sempre ocorre no processo judicial comum.

Em Minas Gerais, está sendo implantado o Projeto Justiça Restaurativa, elaborado pelo Tribunal de Justiça, numa iniciativa conjunta com o Governo do Estado, Prefeitura de Belo Horizonte, Defensoria Pública e Ministério Público, cujo Termo de Cooperação Técnica com os referidos entes foi assinado na data de 11 de junho de 2012.



Os projetos-piloto envolvem as Varas da Infância e Juventude e os Juizados Especiais Criminais da capital.

Neste cenário, a Defensoria Pública possui importante papel, além de que este tipo de atuação constitui um de seus objetivos institucionais.

Projeto pioneiro em Juiz de Fora

Também na Comarca de Juiz de Fora, a Defensoria Pública apresentou projeto pioneiro intitulado “Projeto Além da Culpa – Justiça Restaurativa”.

A elaboração do projeto em Juiz de Fora foi motivada pela urgência em se estabelecer condições mais favoráveis de atendimento aos adolescentes autores de ato infracional.

O estudo convoca a sociedade civil e as instituições a um novo olhar sobre a questão, em que a dimensão da culpa é substituída pela dimensão da responsabilidade.

O projeto propõe que a vítima e o infrator participem coletiva e ativamente na construção de soluções para a cura das feridas, dos traumas e perdas causados pela infração cometida. Defende o pressuposto de que, para serem bem sucedidas, as inovações sociais necessitam da adesão e do trabalho dos múltiplos agentes sociais, políticos e institucionais, envolvidos no sistema, e pretende abrir espaço e agregar agentes, lideranças e instituições que movimentam as políticas públicas para a adolescência no município de Juiz de Fora.

De início, o projeto conta com a parceria da Vara da Infância e Juventude e com a 12ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude.

Em 31 de maio de 2012, foi realizado em Juiz de Fora o “Terceiro Círculo de Estudo da Justiça Restaurativa para Adolescentes”.

Deseja-se que o projeto seja, gradativamente, ampliado a todas as Comarcas do Estado.



Projeto Divórcio Extrajudicial

A Defensoria Pública celebrou termo de cooperação técnica com o Sindicato dos Notários e Registradores de Minas Gerais (Sinoreg) para a realização de divórcio e inventário extrajudiciais em Belo Horizonte.

Por meio do TCT, a assinatura de até 30 escrituras por mês será realizada na própria sede da Defensoria, a cada última sexta-feira do mês.

A celebração do termo atende a Lei Federal nº 11.441, de 04/01/2007, que dispõe sobre a realização de inventário, partilha e divórcio consensual por via administrativa.

O termo é mais uma das ações da Defensoria Pública visando ampliar sua atuação extrajudicial, colaborando para tornar realidade os direitos dos cidadãos, sem a necessidade de proposição de ações judiciais.

A parceria contou ainda com a realização de palestras por um notário, com a finalidade de informar acerca do procedimento e da documentação necessária, quanto às minutas de divórcio e inventário extrajudiciais.

Mediação nas escolas

A Defensoria Especializada de Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais (DPDH) apresentou à Secretaria de Estado de Educação e ao Forpaz (Fórum pela Paz) projeto pioneiro de mediação de conflitos no ambiente escolar. Visa a educação em direitos e pacificação dos conflitos neste ambiente, utilizando a mediação como técnica de solução.

O projeto piloto se desenvolve em quatro escolas da rede de ensino estadual, da Superintendência de Ensino Metropolitana B, compreendendo a fase de visitas e apresentação, escolha dos alunos e professores que realizarão o curso, coordenado e ministrado pela Defensoria Pública em parceria com outros órgãos do Estado, sob

Após a capacitação dos mediadores, ocorrerá as mediações dos conflitos locais no próprio ambiente escolar.

Serão fornecidos os instrumentos e mecanismos para que a escola construa o seu próprio processo de mediação.

As primeiras fases do projeto já se iniciaram em algumas escolas da capital, estudando-se formas de ampliá-lo em todo o Estado.

Casa das Mulheres de Viçosa

Durante um seminário sobre violência doméstica, realizado em Viçosa, por uma iniciativa da Defensoria Pública da comarca, em parceria com a UFV e Escola de Estudos Superiores de Viçosa (ESUV), articulou-se a reativação do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher no município (CMDM), criando-se, posteriormente, a 'Casa das Mulheres', sendo também parceiro o município de Viçosa que ce- deu o espaço para a criação da Casa.

O trabalho na 'Casa' consiste em acompanhar as mulheres, desde o registro da ocorrência até o encaminhamento para o órgão de atendimento necessário. A Defensoria Pública presta a assistência jurídica, tendo o apoio da UFV e ESUV, que contribuem com estagiários de Direito e psicólogos.

“Direito a ter pai”

O projeto “Direito a ter pai”, executado pela Defensoria Pública de Uberlândia, realizou sua 3ª edição em maio de 2012 e contou com a parceria do Cartório de Registro Civil local e Poder Judiciário, além da Fundação de Aprendizagem e Desenvolvimento Social do Menor.

Tem como objetivo promover a solução extrajudicial de conflitos relacionados à paternidade, garantindo à criança e ao adolescente o direito ao nome do pai. O projeto também visa à conscientização da importância da paternidade.

No evento, foram realizados serviços de reconhecimento espontâneo de paternidade, registro tardio de nascimento, além de exames de DNA gratuitos aos assistidos cadastrados.



Outros termos de Cooperação Técnica

Inegável que a estrutura da Defensoria Pública ainda necessita de ampliação, seja em termos materiais, seja pela insuficiência de servidores e Defensores Públicos, vez que está presente em apenas 106 Comarcas do Estado de um total de 296 Comarcas. Logo, parcerias com outros órgãos e entes federativos são fundamentais para melhoria da prestação de seus serviços.

Assim, na atual gestão, várias novas parcerias foram firmadas, como pode ser visto no Quadro a seguir, de acordo com dados da Coordenadoria de Projetos e Convênios.

COMARCA	PARTÍCIPE (S)	OBJETO	VIGÊNCIA	
			INÍCIO	TÉRMINO
Baependi	Município de Baependi	Cessão de um servidor público para serviços administrativos	02/03/11	01/12/2012
Belo Horizonte	Fundação João Pinheiro	Concessão de estágio a estudantes da Fundação João Pinheiro	28/04/11	27/04/12
Belo Horizonte	Associação de Ação Social Viva a Vida	Realização de feira de artesanato na sede da Defensoria Pública em comemoração à semana do Defensor Público 2011	27/04/11	20/05/11
Belo Horizonte	Associação de Ação Social Viva a Vida	Realização de feira de artesanato na sede da Defensoria Pública em comemoração à semana do Defensor Público 2012	09/05/12	30/05/12
Belo Horizonte	Associação da Pastoral da Mulher Marginalizada de BH	Realização de feira de artesanato na sede da Defensoria Pública em comemoração à semana do Defensor Público 2012	09/05/12	30/05/12
Belo Horizonte	Providência Nossa Senhora da Conceição - Pastoral Carcerária da Arquidiocese de BH	Realização de feira de artesanato na sede da Defensoria Pública em comemoração à semana do Defensor Público 2012	14/05/12	30/05/12
Belo Horizonte	Ouvidoria Geral do Estado	Processo tramitou na OGE. Prorrogação automática até total de 60 meses.	03/12/10	02/12/11

Outras parcerias - continuação

Belo Horizonte	Rádio Inconfidência	Veiculação de mídia por parte da RÁDIO, através da Defensoria em programação da emissora (ex . entrevistas, informações, debates, esclarecimentos com duração de 10 (dez) a 15 (quinze) minutos, levados ao ar, semanalmente, toda terça-feira, durante o programa "Revista da Tarde" na estação AM.	12/04/11	11/04/16
Belo Horizonte	Imprensa Oficial de Minas Gerais	Confecção de blocos de rascunho com as folhas de papel recolhidas nos prédios da DPMG	22/12/10	21/12/15
Belo Horizonte	ADEP/MG	Realização do evento "Café com o Povo", em comemoração ao Dia Nacional do Defensor Público em 19.05.2011	26/04/11	19/05/11
Belo Horizonte	ADEP/MG	Realização semana do Defensor 2012	15/05/12	18/05/12
Belo Horizonte	ASMEC - Associação Mineira de Educação Continuada	Viabilizar o atendimento multidisciplinar dos assistidos da DPMG que forem beneficiados com a liberdade provisória.	27/01/11	26/1/2012
Belo Horizonte	Associação Missão Ramacrisna	Viabilizar a participação dos assistidos da DPMG nos cursos profissionalizantes oferecidos pela Missão Ramacrisna.	25/01/12	24/1/2013
Belo Horizonte	Pastoral da Mulher	Realização Feira de Artesanato na Sede da DPMG durante os dias 14, 15, 16, 17 e 18 de março de 2011 das 9h às 17h.	24/02/11	18/3/2011
Belo Horizonte	SES/MG e SMS/BH	Atendimento de demandas de medicamentos, procedimentos e insumos médicos em face do SUS	16/03/11	15/3/2016
Belo Horizonte	Associação Movimento Luta Pró Idoso	Viabilizar o intercâmbio entre a Defensoria Pública e a ONG, com o encaminhamento de assistidos de uma instituição para outra, otimizando o atendimento ao idoso e a solução de seus problemas.	02/02/12	1/2/2013
Belo Horizonte	CGE - Controladoria-Geral do Estado	Transferência de metodologia de auditoria, pela Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais, incluindo orientação e apoio relativos às atividades desenvolvidas pela unidade de auditoria da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais.	29/12/11	28/12/2012
Belo Horizonte	SINOREG	Lavratura de escrituras públicas para a realização de divórcios e inventários extrajudiciais de assistidos da DPMG	26/05/12	25/5/2017

Outras parcerias - continuação

Boa Esperança	Município de Boa Esperança	Cessão de um servidor	24/05/12	23/05/12
Campina Verde	Município de Campina Verde	Cessão de um servidor	27/07/10	31/12/12
Carandaí	Município de Carandaí	Cessão de um estagiário	22/09/10	21/09/12
Cássia	Município de Cássia	Cessão de um estagiário	22/07/11	31/12/12
Divinópolis	Município de Divinópolis	Cessão de treze estagiários	02/09/10	01/02/11
Divinópolis	Município de Divinópolis	Cessão de sete estagiários	14/06/11	13/06/12
Ervália	Município de Ervália	Cessão de um servidor	06/05/11	31/12/12
Igarapé	Município de Igarapé e São Joaquim de Bicas	Cessão de imóvel (água, luz, IPTU e outras despesas decorrentes do contrato de locação)	25/01/12	31/12/12
Itaúna	Município de Itatiaiuçu	Cessão de até três estagiários	02/03/11	01/03/13
Jaboticatubas	Município de Jaboticatubas	Cessão de um estagiário	24/04/12	23/04/13
Lagoa da Prata	Município de Lagoa da Prata	Cessão de imóvel (água, luz, IPTU e outras despesas decorrentes do contrato de locação 01 servidor e 03 (três) estagiários	29/11/11	28/11/12
Lavras	Município de Luminárias	Cessão de um servidor	30/06/11	29/12/12
Montes Claros	Município de Rio Pardo de Minas	Cessão de um servidor	25/05/11	24/05/15
Montes Claros	Município de Capitão Enéas	Um servidor (administrativo)	19/04/12	18/04/12
Montes Claros	Município de Montes Claros	Cessão de cinco servidores	04/06/11	03/06/12
Nova Lima	Município de Nova Lima	Atendimento de demandas de medicamentos, procedimentos e insumos médicos em face do SUS	03/02/12	02/02/13
Nova Lima	Município de Rio Acima	Cessão de dois servidores e um estagiário	19/04/12	18/04/13

Outras parcerias - continuação

Pará de Minas	Município de São José da Varginha	Cessão de um servidor	09/05/12	08/05/12
Pedro Leopoldo	Município de Pedro Leopoldo	Cessão de dois servidores	23/12/11	22/12/12
Pitangui	Município de Pitangui	Cessão de um estagiário e um servidor	27/04/11	31/12/12
Pitangui	Município de Papagaios	Cessão de dois servidores	28/07/11	27/07/16
Três Pontas	Município de Santana da Vargem	Cessão de uma sala na sede da prefeitura e um servidor	26/10/11	25/10/16
Ubá	Município de Ubá	Atendimento de demandas de medicamentos, procedimentos e insumos médicos em face do SUS	20/10/11	19/10/16

Atendimento multidisciplinar ao agressor

A Defensoria, através da equipe multidisciplinar do Núcleo Criminal de Urgência, firmou parceria com as faculdades FEAD E UNA, que cederam estagiários de psicologia e serviço social, com o objetivo de realizar um acompanhamento multidisciplinar aos infratores da Lei Maria da Penha. O trabalho foi supervisionado por duas assistentes sociais e uma psicóloga do Núcleo Criminal de Urgência.

O projeto “Acompanhamento ao Infrator da Lei Maria da Penha” iniciou-se na segunda semana de agosto de 2011 e atualmente acompanha 87 “agressores”, proporcionando um atendimento técnico e o encaminhamento necessário para as redes de saúde, assistência social e de profissionalização.

Incentivo à criação das redes Forpaz no interior

A Defensoria Pública, por intermédio do Forpaz – Fórum de Promoção da Paz Escolar, e em parceria com a Secretaria Estadual de Educação, está organizando 05 encontros regionais, que serão realizados nos municípios de Juiz de Fora, Divinópolis, Governador Valadares, Uberaba e Região Metropolitana, com o objetivo de discutir a criação de redes locais de prevenção à violência escolar e de buscar uma maior aproximação entre a escola e o sistema de justiça e as demais redes existentes.

O Fórum de Promoção da Paz Escolar (Forpaz) foi criado em 2007 por iniciativa da Defensoria Pública. Objetiva a articulação entre várias instituições, tais como, Ministério Público; Poder Judiciário; Polícias Militar e Civil; Guarda Municipal; Secretarias de Educação; Conselhos Tutelares e escolas públicas; e busca implementar uma cultura de paz nas escolas, prevenindo situações de risco e práticas de atos infracionais.

A Defensoria tem participado ativamente da organização dos encontros regionais e participará da realização destes, através da realização de palestras por Defensores Públicos sobre mediação de conflitos no âmbito escolar e atuação em rede como forma de prevenir a violência.

Ademais, a Defensoria tem marcado presença nas reuniões para a criação da cartilha “Tô na escola, tô em rede! Sou da Paz!”, que será produzida pela Secretaria de Educação e distribuída a todos os diretores das escolas públicas estaduais.

Parceria com a Subsecretaria de Política sobre Álcool e Outras Drogas e demais redes de saúde mental

A Defensoria Pública realizou inúmeras reuniões com o Subsecretário de Política sobre Álcool e outras Drogas com o objetivo de firmar uma resolução conjunta para criação do comitê de cooperação institucional e de acompanhamento das medidas de internação involuntárias e compulsórias.

O objetivo é criar fluxos de monitoramento do atendimento dado aos dependentes internados compulsoriamente.

te, durante e depois da internação, e de encaminhamento adequado dos assistidos dependentes de álcool e outras drogas para rede de saúde existente.

A Defensoria também tem participado das inúmeras audiências públicas de discussão da política de drogas realizadas na Assembleia Legislativa ou organizadas por esta no interior, bem como das reuniões da “Frente Mineira sobre Drogas e Direitos Humanos” realizadas no Conselho Regional de Psicologia.

A Defensoria participou de quatro visitas simultâneas de fiscalização às comunidades terapêuticas do Estado de Minas Gerais, organizadas pelo Conselho Regional de Psicologia, ocorridas em um mesmo dia em todo o Brasil, além de visitar as redes de tratamento de álcool e drogas juntamente com a Frente Parlamentar Municipal de combate ao crack.

Dessa forma, a Defensoria tem se inserido nas discussões de fortalecimento da rede de saúde mental, principalmente no que diz respeito ao atendimento adequado ao dependente de álcool e outras drogas, lutando pela implementação dos CAPS (Centro de Atenção Psicossocial) e pelo encaminhamento responsável às comunidades terapêuticas quando for o caso.

Parceira com a Secretaria de Defesa Social

Por meio de uma parceria com a Secretaria de Defesa Social (SEDS), a Defensoria Pública conseguiu acesso ao Sistema Integrado de Defesa Social (SIDS) no módulo de Informações de Segurança Pública (ISP). O aplicativo permite aos Defensores da área criminal da capital e do interior acesso às informações prisionais dos acusados dos acusados, como registros de prisão (local onde o acusado se encontra preso e qual a sua data de admissão na unidade), mandados de prisão cumpridos e em aberto, informações sobre as condenações existentes e sobre alvarás de soltura e impedimentos existentes.

A SEDS e a Defensoria Pública também assinaram, em 28 de maio de 2012, Termo de Cessão de Uso de Imóvel para utilização, por parte da Defensoria Pública, da casa número 14 do Complexo Penitenciário José Maria Alckimim, em Ribeirão das Neves. O imóvel será utilizado para atendimento dos Defensores Públicos que atuam na Execução Penal no Município.

TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Leitura no Beco

A iniciativa é uma parceria da Defensoria Pública de Minas Gerais com a Associação de Ação Social Viva a Vida e ocorre no Beco Dona Clara, na Vila Conceição, no Aglomerado da Serra em Belo Horizonte.

O projeto visa uma aproximação da Defensoria às Comunidades, sobretudo, às crianças e adolescentes da Comunidade da Serra e busca incentivar a leitura e criatividade, além da educação em direitos.

É um espaço destinado às crianças e adolescentes de 03 a 15 anos, com o apoio de mães voluntárias. Ocorre quinzenalmente, em manhãs de domingo, quando Defensores e Servidores da Defensoria contam histórias e trocam livros, além de realizarem trabalhos manuais de arte e artesanato.

Outras edições especiais foram realizadas, como o domingo de Páscoa, em que foram doados ovos de chocolate, e a véspera do Dias das Mães, quando as crianças confeccionaram cartões e presentes.



Natal Solidário

Pelo terceiro ano consecutivo, a Defensoria Pública buscou firmar parcerias com instituições e projetos que atendem menores carentes para doação de presentes às crianças e seus familiares.

As crianças fizeram seu pedido por meio de uma 'cartinha ao Papai Noel'. Após, servidores e defensores escolhiam um pedido para realizar a doação de um presente que era entregue em uma grande festa com a instituição parceira.

No Natal de 2011, a parceria foi realizada com o Cemei São Judas Tadeu, em Contagem-MG, sendo distribuídos mais de 200 presentes.

Em 2010, foi a vez dos alunos dos núcleos 101 e 102 do Projovem e seus filhos, da Escola Bernardino Augusto Ferreira, em Sabará-MG.

Em todo o Estado de Minas, as Defensorias também se mobilizaram para participarem de eventos semelhantes, como ocorreu em Ituiutaba, Ubá e Curvelo.



CASAMENTO COMUNITÁRIO

Em Ponte Nova, pela primeira vez, 29 casais oficializaram sua união durante a 4ª edição do Dia da Cidadania.

Maio de 2012



Casamento Coletivo

A Defensoria Pública apoia as iniciativas para realização de Casamento Coletivo em diversas partes do Estado. Em agosto de 2011, na Escola Rotary Club, aconteceu a 5ª edição, realizada em Governador Valadares, juntamente com a Associação de Moradores do Bairro Carapina.

O evento consiste em realizar parcerias com cartórios de registro civil e outros para a festiva celebração, oficializando a união de vários casais, cujo sonho era, muitas vezes, adiado diante da falta de recursos financeiros. Casamentos semelhantes aconteceram em Ipatinga, Araguari, Belo Horizonte e Ponte Nova.

Atendimentos itinerantes

Na busca da aproximação com os assistidos e suas demandas, notadamente diante da dificuldade de deslocamento para a sede das Defensorias, são realizados atendimentos itinerantes por todo o estado de Minas. Diante das limitações orçamentárias da Defensoria, na maioria das vezes, sua extensão e concretização dependem de parcerias firmadas com outros Poderes e instituições públicas.

Vários exemplos de sucesso podem ser destacados, como o realizado pelas Defensorias de Belo Horizonte, no Bairro Barreiro de Cima, de Barbacena, Pitangui, Três Pontas, Santos Dumont, Carmo do Cajuru, Aerado, Sete Lagoas e Paraopeba.

“DIA DA CIDADANIA”

Defensoria de Ponte Nova realizou a 4ª edição do atendimento ao público durante as comemorações do Dia da Defensoria Pública.

Maio de 2012

Ações sociais em ambiente público

Outro projeto, incentivado pela Defensoria Pública, consiste na realização de ações de atendimento ao público, com orientações jurídicas e educação em direitos, aliado a vários outros serviços públicos e de entretenimento.

Dentre essas ações, pode-se destacar o “Dia da Cidadania”, realizado pela Defensoria de Ponte Nova, que em 2012, em sua 4ª edição, contou com o apoio de vários órgãos e entidades civis, como administração Fazendária, Juizado Especial, Procon, ACIP/CDL, Ouvidoria Municipal, INSS, Ministério do Trabalho, Comissariado de Menores, Cartório de Registro Civil, Conselho Municipal Antidrogas, Subsecretaria de Administração Prisional, Polícia Militar, Polícia Civil, Cartório Eleitoral, DMAES, Hospitais Arnaldo Gavazza e Nossa Senhora das Dores, Faculdade Dinâmica e Secretarias Municipais do Meio Ambiente, da Saúde e da Assistência Social.

Geralmente, os eventos ocorrem por comemoração ao Dia da Defensoria Pública ou a outras datas de caráter local ou nacional.

Práticas semelhantes foram realizadas por outras Defensorias do interior, como a de Ribeirão das Neves, Unaí, Varginha e Ituiutaba, e também da Capital.





Relatório de Atividades

Biênio 2010-2012

**DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DE MINAS GERAIS**
Sede: Rua Paracatu, 304 - Barro Preto
30.180-090 - Belo Horizonte/MG
Site: www.defensoria.mg.gov.br

EXPEDIENTE

Compilação

Hellen Caíres Teixeira
Wagner Geraldo Ramalho Lima

Revisão

Cristiane de Cássia Silva (Ascom)

Projeto gráfico e diagramação

Lúcia Helena de Assis (Ascom)

Fotos

Banco de imagens DPMG
CMBH | ALMG | TJMG | Senado
Refinaria da Imagem
Leo Moreira

Junho 2012

